

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	9
5.3 - Descrição - Controles Internos	13
5.4 - Programa de Integridade	15
5.5 - Alterações significativas	19
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	21

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	22
10.2 - Resultado operacional e financeiro	47
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	52
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	53
10.5 - Políticas contábeis críticas	56
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	59
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	60
10.8 - Plano de Negócios	61
10.9 - Outros fatores com influência relevante	65

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

I) Processo de Gerenciamento de Riscos Corporativos

- a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

Em 16 de setembro de 2020, foi aprovada e publicada a Política de Gerenciamento de Riscos “POL-MRS-0011/00.00”, devidamente aprovada pelo Conselho de Administração, cujo objetivo é estabelecer as diretrizes para o gerenciamento de riscos (abrangência, referências, definições e responsabilidades) e mecanismos de tratamento, para impedir ou mitigar a consumação dos riscos que possam impactar os Objetivos Estratégicos da MRS.

A Companhia também possui Código de Conduta Ética, atualizado em dezembro de 2021 para adequação às normas anticorrupção no âmbito do Programa de Integridade implementado pela Companhia. O Código de Conduta Ética tem como objetivo primordial a definição e a formalização dos princípios éticos definidos e defendidos pela MRS. Esses princípios têm a função de orientar o comportamento dos públicos interno e externo (agentes públicos e empresas privadas), a fim de minimizar a subjetividade das interpretações pessoais, no âmbito de sua atuação, sobre princípios morais e éticos, os conflitos éticos, assim como, reforçar a conduta ética esperada.

O Código de Ética se aplica a todos os colaboradores da MRS, independentemente de seu nível hierárquico, incluindo estagiários e terceiros, e a todos os relacionamentos estabelecidos ou por estabelecer com Acionistas, Clientes, Fornecedores, Sindicatos, Comunidades, Governo, Sociedade e Meios de Comunicação.

E em dezembro de 2020 e 2021, as Políticas relacionadas ao Código de Conduta Ética foram atualizadas:

(i) Em dezembro/2021:

- Relacionamento com os Órgãos Públicos e Anticorrupção;
- Conflito de Interesses;
- Saúde, Meio Ambiente e Segurança;
- Presentes e Brindes.

(ii) Em dezembro/2020:

- Patrocínios e Doações.

Além das Políticas citadas, em dezembro de 2021, ocorreu a atualização do Código de Conduta Ética para Terceiros, que se destina à formalização dos princípios éticos definidos e defendidos pela MRS a serem observados por clientes, fornecedores, parceiros comerciais e quaisquer outros terceiros que se relacionem com a MRS.

O Código de Ética e demais documentos relacionados podem ser acessados na página da Companhia, <https://www.mrs.com.br/sustentabilidade/programa-de-integridade-e-etica-da-mrs/>.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. Os riscos para os quais se busca proteção

Como parte da metodologia de Gestão de Riscos Corporativos, é utilizado o dicionário de riscos demonstrado a seguir:

Dicionário de Riscos MRS



FINANCEIRO		OPERACIONAL				CONFORMIDADE	ESTRATÉGICO	
Crédito	Mercado	Processo	Acidente	Pessoal	Informação e Tecnologia	Regulatório	Não Atendimento à Demanda	Projetos
Indisponibilidade de Capital	Câmbio	Pagamento Indevido	Acidente Ferroviário	Insuficiência / Desqualificação da Mão de Obra	Vazamento de Informações	Contábil	Reputação e Imagem	Relacionamento com Acionistas
Inadimplência Cliente	Variação Commodities	Indisponibilidade de Ativos	Acidente de Trabalho	Retenção Mão de Obra	Confiabilidade dos Dados	Contingência Ambiental	Retração ou Estagnação de Vendas	Concorrência e Mercado
Fluxo de Caixa	Variação Taxa de Juros	Execução e Gestão de Processos	Acidente Contra Terceiros	Furto/ Vandalismo/ Sabotagem	Indisponibilidade de Informação	Contingência Trabalhista	Mudança Governamental	Conduta Antiética/ Fraude
Perda Financeira		Interrupção da Operação		Clima Organizacional	Concentração de Conhecimento	Contingência Tributária/Fiscal	Inovação Tecnológica	Sucessão
		Fornecedores				Contingência Cível		
		Obrigação Contratual				Contingência Criminal		

ii. Os instrumentos utilizados para proteção

A MRS mantém, desde 2016, procedimentos internos de levantamento de riscos corporativos, elaborados pela Gerência Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos.

A Companhia mantém um dicionário de riscos, divididos nos aspectos: financeiro, operacional, conformidade e estratégico. Com base nisso, anualmente são identificados os riscos a que a Companhia está exposta e as formas de mitigação. Esses riscos deverão ser discutidos com Gerência, Diretoria e Presidência e os resultados, submetidos para análise do Conselho de Administração.

Os riscos detectados são tratados pelas áreas responsáveis por intermédio de planos de ação, com acompanhamento da Gerência Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos. Em 2020, foi desenvolvida uma nova metodologia, com foco nos riscos corporativos mais relevantes para atingimento dos objetivos estratégicos da MRS e seu resultado foi apresentado ao Conselho de Administração no final de tal ano.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos:

iii.a. Indicando os órgãos da administração, comitês ou outras estruturas assemelhadas envolvidas

Estão envolvidos no processo de gestão de riscos o Conselho de Administração, a Diretoria executiva, o Proprietário do risco¹, a Auditoria Interna, o Comitê Financeiro, o Comitê Estratégico e o Comitê de Sustentabilidade.

A Auditoria Interna da MRS foi a primeira do gênero em ferrovias sul-americanas a receber a certificação de qualidade do IIA Global, principal entidade do segmento, que avalia a consistência e a qualidade dos processos de Auditoria Interna, atestando que a atividade está alinhada com as regras internacionais e melhores prática mundiais de Auditoria Interna. O Plano Anual de Auditoria Interna leva em consideração análise específica dos riscos dos processos existentes.

iii.b. Discriminando as responsabilidades específicas de cada um desses órgãos, comitês ou estruturas assemelhadas, e de seus membros, no controle de gerenciamento de riscos.

O Conselho de Administração:

- Avaliar e aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos da MRS e suas alterações;
- Conscientizar a administração executiva sobre a importância do gerenciamento de riscos e do ambiente de controle.

A Diretoria Executiva:

- Patrocinar a implantação da Política de Gerenciamento de Riscos, bem como prover, mediante deliberação sob sua alçada, os recursos necessários para a mitigação ou redução dos riscos classificados como altos;
- Gerenciar os riscos inerentes às respectivas atividades (eliminar, reduzir, transferir ou aceitar);
- Definir e acompanhar os planos de ação para gerenciamento da exposição ao risco, assim como definir responsável e data de implantação dos Planos de Ação;
- Participar da elaboração do Plano de Anual de Auditoria de Riscos Corporativos;
- Conscientizar os gestores sobre a importância do gerenciamento de riscos.

O Proprietário do Risco:

- Identificar, mensurar, avaliar e gerenciar os eventos de risco que podem influenciar no cumprimento dos objetivos estratégicos da Companhia;
- Manter um efetivo ambiente de controle, por meio de abordagens preventivas e detectivas, em relação às atividades desenvolvidas internamente e às atividades terceirizadas relevantes sob sua gestão; e em relação aos seus sistemas de informações;
- Fornecer para a Auditoria Interna informações precisas, íntegras e suficientes para a realização do trabalho de Auditoria de Riscos Corporativos;
- Disponibilizar colaboradores capacitados para atuarem como Pontos Focais de Riscos. Eles serão responsáveis pelo levantamento, consolidação e envio de informações para a realização do trabalho de Auditoria de Riscos Corporativos e, também, atuarão como disseminadores da cultura de gestão de riscos entre os demais colaboradores;
- Propor limites para exposição aos Riscos sob a sua responsabilidade, observando as análises mencionadas nas 'estratégias de resposta ao risco' no item 4 desta Política;

¹ Conforme POL-MRS-0011 (Política de Gerenciamento de Riscos), "O Proprietário do Risco são os responsáveis diretos pelo gerenciamento dos riscos associados as suas operações, bem como pela execução dos controles e implementação das medidas preventivas e/ou corretivas para o devido tratamento dos riscos".

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Sugerir, avaliar, implantar e monitorar planos de ação com o objetivo de reduzir a exposição ao risco sob sua responsabilidade, quando aplicável;
- Comunicar, tempestivamente, os eventos de risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nas alçadas apropriadas;
- Tem o dever de parar imediatamente a operação do(s) ativo(s) no(s) caso(s) de desvios críticos ou nos casos de indisponibilidade, parcial ou total, dos elementos críticos de controle que desloquem de forma considerável o nível de risco;
- Conscientizar os colaboradores sobre a importância do gerenciamento de riscos.

A Auditoria Interna:

- Elaborar, junto às Diretorias da MRS, o Plano Anual de Auditoria de Riscos Corporativos e submeter para aprovação do Conselho de Administração;
- Levantar, junto às áreas, os Fatores de Riscos e Controles associados aos Riscos selecionados no Plano Anual de Auditoria de Riscos Corporativos, realizar testes e fornecer uma avaliação independente a respeito da eficácia do gerenciamento de Riscos e Controles;
- Apresentar o resultado deste trabalho ao Comitê de Sustentabilidade em reunião anual com o Conselho de Administração;
- Dar suporte técnico e metodológico aos proprietários dos riscos.

O Comitê Financeiro:

- Assessorar o Conselho de Administração em todas as matérias de risco financeiro, conforme as atribuições definidas na Política de Gestão de Riscos Financeiros.

O Comitê Estratégico

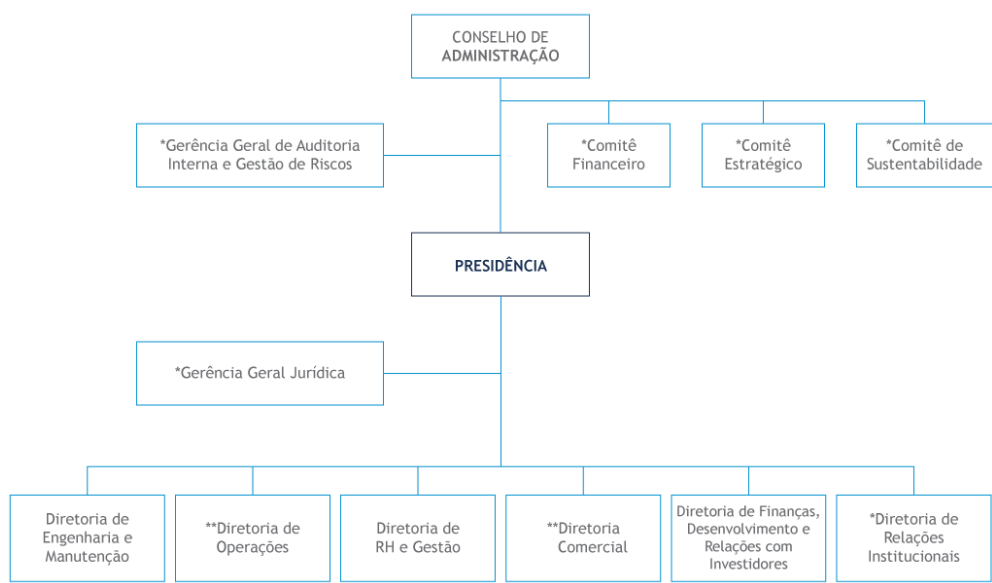
- Analisar temas estratégicos para a companhia, e analisarem detalhes os temas que impactam o direcionamento de médio e longo prazo da companhia.

O Comitê de Sustentabilidade

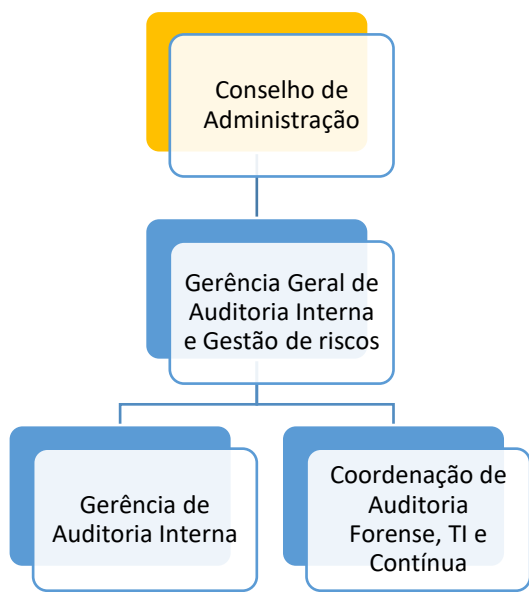
- Assessorar o Conselho de Administração na análise do trabalho de Auditoria de Risco Corporativo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

iii.c. Indicando a estrutura hierárquica desses órgãos.



Gerência Geral de Auditoria Interna:



c. A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Administração da Companhia entende que a estrutura operacional e de controles internos para a verificação da Política e dos de Riscos Corporativos está adequada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

II) Programas de Gerenciamento de Riscos Ambientais

- a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

A MRS possui uma Política de Gerenciamento de Riscos que inclui riscos ambientais, aprovada em 16 de setembro de 2020, pelo Conselho de Administração, e ainda possui programas que objetivam a prevenção e controle de riscos ambientais, mitigação de impactos negativos, além de respostas a emergências, que são anualmente auditados pela Gerência Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos, área que está diretamente subordinada ao Conselho de Administração.

Frequentemente a MRS realiza Simulados de Emergências Ambientais cujo objetivo é testar a resposta à emergência da Companhia. Nesses eventos em que são simuladas situações de emergência ambiental, a gerência geral de SMA (Segurança e Meio Ambiente) observa o nível de treinamento da equipe, a disponibilidade de recursos para o atendimento, o tempo de resposta, levantando, então, os pontos de melhoria que são repassados às equipes envolvidas, visando a melhoria contínua dos processos ambientais da Companhia.

A MRS desenvolve, no âmbito do seu licenciamento ambiental, os seguintes programas:

- Gerenciamento de Estudo de Avaliação de Riscos, Programa de Gerenciamento de Riscos e Plano de Ação de Emergência
- Gerenciamento de Mitigação de Impactos Socioambientais, compreendido no Subprograma de Educação Ambiental e no Subprograma de Comunicação Social
- Gerenciamento da Qualidade do Ar
- Gerenciamento de Processos Erosivos
- Gerenciamento de Ruídos
- Gerenciamento de Manejo de Flora
- Gerenciamento de Atropelamento de Fauna
- Gerenciamento de Resíduos
- Gerenciamento de Efluentes
- Gerenciamento do Diagnóstico, Monitoramento e Regularização da Faixa de Domínio
- Gerenciamento de Conformidade Legal
- Gerenciamento Ambiental de Obras
- Gerenciamento de Passivos Ambientais, contemplando áreas contaminadas e áreas degradadas
- Gerenciamento de Recursos Hídricos
- Gerenciamento do Licenciamento Ambiental

- b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

- i. Os riscos para os quais se busca proteção

A MRS desenvolve seus programas de gestão ambiental assumindo o compromisso de conduzir suas atividades assegurando o cumprimento da legislação ambiental vigente, das normas aplicáveis e aos demais requisitos por ela subscritos (tais como condicionantes das licenças e autorizações ambientais, acordos com autoridades públicas, clientes, grupos comunitários, organizações não governamentais, princípios voluntários ou código de prática), de modo a conservar o meio ambiente minimizando e mitigando os impactos ambientais negativos advindos da operação ferroviária.

Estes requisitos são identificados pela Companhia de acordo com os aspectos ambientais mapeados em seus processos e validados pelo órgão ambiental licenciador, IBAMA, por meio das Licenças de Operação emitidas. Este compromisso é cumprido pelo relacionamento estreito e de forma contínua com seus clientes, acionistas, colaboradores, fornecedores,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

órgãos ambientais e comunidades sob a influência de sua malha ferroviária através de procedimentos e controles bem definidos que são repassados aos colaboradores através de treinamentos e processos de auditorias e inspeções internas.

A Companhia busca, por meio, dos seus programas ambientais a proteção para os seguintes riscos:

- Acidentes com impacto ambiental negativo;
- Contaminação ambiental de qualquer natureza alinhado às atividades da empresa;
- Impacto negativo às comunidades influenciadas pela nossa malha;
- Impactos negativos à imagem da companhia por conta de irregularidades ou de acidentes ambientais; e
- Comprometimento das relações da Companhia com órgãos ambientais, prefeituras, governos, agências reguladoras, Institutos, ministérios e com a sociedade como um todo.

ii. Os instrumentos utilizados para proteção

São utilizados pela Companhia os seguintes instrumentos para prevenção de riscos ambientais:

- Procedimento gerencial sobre o Sistema de Gestão Ambiental da empresa;
- Utilização de metodologias científicas e/ou diretrizes para o desenvolvimento dos programas ambientais;
- Elaboração de especificação técnica visando a contratação de serviços, estudos e projetos ambientais;
- Procedimento gerencial de gerenciamento de resíduos, efluentes e outros programas;
- Procedimento gerencial de licenciamento ambiental;
- Procedimento gerencial de autorizações ambientais;
- Procedimento gerencial de ocorrências ambientais;
- Procedimento gerencial de diretrizes ambientais para a manutenção, reparo e melhoria de via permanente;
- Procedimento gerencial Resposta a Emergência Ambiental;
- Procedimento Operacional para avaliação de fornecedores;
- Programa de Educação Ambiental para Trabalhadores e para a comunidade;
- Processo de conformidade legal.

A Diretoria de Relações Institucionais da Companhia possui o Comitê MRS Sustentável que tem por objetivo acompanhar os indicadores relacionados às questões de Comunidade e representantes da Administração Pública, apresentar boas práticas e projetos implantados em MG, RJ e SP e tratar temas complexos cuja solução exija investimentos ou a participação ativa de outras áreas da Companhia.

A MRS possui remuneração variável de parte de seus colaboradores, incluindo alta direção, com critérios de sustentabilidade e aumento de performance ambiental, cujo objetivo principal é fomentar ações, programas e estratégias de sustentabilidade da MRS e seus stakeholders.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:**

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos Financeiros que tem por objetivo reger, monitorar e estabelecer a governança das atividades de riscos financeiros, limitando os impactos adversos causados por instrumentos financeiros ao lucro líquido e ao fluxo de caixa da Companhia.

A Política de Gestão de Riscos Financeiros é revista e aprovada anualmente, em março, pelo Conselho de Administração, que supervisiona a gestão de riscos, contando com o suporte do Comitê Financeiro que presta assessoria tanto em riscos financeiros quanto na estruturação, propriamente dita, de governança em riscos financeiros.

O Comitê Financeiro revisa e estabelece práticas para gestão de riscos, com o principal objetivo de reduzir a diferença financeira ou econômica, inesperada, que possa impactar tanto o resultado da Companhia quanto o seu fluxo de caixa estimado.

A Gerência de Operações Financeiras e de Relações com Investidores, subordinada à Gerência Geral de Finanças e à Diretoria de Finanças, Desenvolvimento e Relações com Investidores, implementa e utiliza os controles internos estabelecidos na Política de Gestão de Riscos Financeiros no intuito de acompanhar a exposição da Companhia, além de reportar relatórios periódicos deste acompanhamento à Administração.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Riscos de taxa de câmbio

A Companhia busca proteger o resultado e fluxo de caixa contra riscos oriundos de variação da cotação do Dólar. Desde 1999, quando o Brasil implementou um sistema cambial flutuante, houve flutuações significativas nas taxas de câmbio entre a moeda brasileira, o Dólar Americano e outras moedas. A Companhia não pode garantir que eventuais variações não terão impacto sobre os seus resultados no futuro, tendo em vista seus compromissos com financiamentos em Dólar. Além disso, a desvalorização ou depreciação do Real em relação ao Dólar poderia, entre outros, criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil, aumentando de forma geral o preço dos produtos importados e requerendo políticas governamentais recessivas para conter a demanda agregada, o que, ocasionalmente, acarretaria retração no transporte da MRS direcionado ao mercado doméstico. Por outro lado, a valorização do Real em relação ao Dólar pode levar à deterioração macroeconômica, em especial, no saldo das contas externas de conta corrente e do balanço de pagamentos, bem como prejudicar as exportações. Neste caso, o transporte da MRS destinado ao atendimento do mercado externo poderia ser impactado negativamente.

Risco de liquidez

A Companhia procura manter um nível de caixa mínimo como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros, além de manter parte das aplicações com liquidez diária para minimizar riscos de liquidez. Para determinar o valor do caixa mínimo para honrar suas obrigações, a Companhia considera possíveis choques de curto prazo em suas receitas (tanto em preços quanto em volumes), não contando com a possibilidade de captar recursos no mercado (escassez de crédito). Grande parte do caixa é mantido em aplicações em instituições financeiras com baixo risco de crédito, avaliadas por agências de rating de primeira linha. A administração estabelece limites das aplicações em instituições financeiras com classificação de risco “AAA”, “AA” e “A”, além de manter liquidez diária de, pelo menos, 50% do caixa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Em relação ao risco de taxas de juros, conforme já mencionado no item 4.2 deste Formulário de Referência, nota-se que os cenários de acréscimo nas taxas de CDI e TJLP geram impactos financeiros pouco relevantes para a Companhia, motivo pelo qual a MRS não adota instrumentos para sua mitigação.

ii. A estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Para proteção patrimonial, são contratadas operações de Swap para proteger o passivo da Companhia em dólar americano. Nessas operações, a Companhia fica ativa em variação cambial mais uma taxa de juros fixa e passiva em um percentual do CDI, de modo que o efeito da variação cambial no passivo (dívidas em dólar) seja parcialmente compensado pelo derivativo. A posição protegida contra os efeitos da exposição cambial real versus dólar deve situar-se entre 80% a 100% do passivo nesta moeda. Adicionalmente, desde 01 de abril de 2016, a Companhia passou a adotar a metodologia de contabilidade de cobertura (*hedge accounting*) para operações de swap que protegem dívida em dólar com juros fixos, visando a redução da volatilidade de resultados causada pela variação da marcação a mercado de swaps cambiais longos.

Conforme já mencionado no subitem “a” acima, a Companhia não adota estratégia de proteção patrimonial com relação ao risco associado às taxas de juros, por entendê-lo de baixa relevância.

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

A maior parte da exposição ao risco cambial da Companhia - oriunda da parcela de dívida indexada em moeda estrangeira - tem sido coberta por contratos de swap. Nesses contratos, a Companhia recebe variação cambial mais cupom e paga um percentual do CDI.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Como mecanismo central de gestão de riscos, os controles internos utilizados pela administração da Companhia estão concentrados no acompanhamento do percentual da dívida indexada em moeda estrangeira que se encontra protegida por instrumentos derivativos. Nesse sentido, o acompanhamento mensal de sua exposição ao Risco de Taxa de Câmbio é realizado por meio da análise dos seguintes parâmetros: (i) percentual da dívida protegida por contratos de swap, que deve estar situado entre 80% e 100%, enquanto o Risco de Liquidez é medido pelo parâmetro; e (ii) percentual de liquidez da carteira de aplicações, que deve ser de, pelo menos, 50%.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*). De acordo com a Política de Gestão de Riscos Financeiros, a Companhia deve utilizar instrumentos financeiros apenas com finalidade de proteção patrimonial, sendo vedada a possibilidade de operar de forma especulativa.

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A companhia possui um Comitê Financeiro que recomenda regras e procedimentos apropriados a serem aplicados às atividades em que se assumem riscos de mercado. Uma das atribuições deste Comitê é elaborar e revisar a Política de Gestão de Risco Financeiro, que é submetida anualmente ao Conselho de Administração para sua aprovação. No âmbito da Diretoria Financeira, há uma gerência, Gerência de Operações Financeiras e de Relações com Investidores, com a atribuição de implementar e controlar a efetividade desta Política, emitindo, periodicamente, relatórios de acompanhamento de posição de exposição a riscos de mercado.

Responsabilidades específicas de cada um desses órgãos, comitês ou estruturas assemelhadas, e de seus membros, no controle gerenciamento de riscos.

O Conselho de Administração é responsável por:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- Estabelecer a estratégia de gerenciamento de riscos da Companhia, levando em consideração as recomendações propostas pelo Comitê Financeiro; e
- Aprovar a Política de Gestão de Riscos Financeiros e eventuais operações que estejam fora dos limites determinados nesta Política, desde que avaliadas previamente pelo Comitê Financeiro.

O Comitê Financeiro é integrado por:

- Coordenador do Comitê - Conselheiro indicado pelo Conselho de Administração;
- Assessores técnicos representantes de cada acionista;
- Diretora de Finanças, Desenvolvimento e de Relações com Investidores da MRS;
- Gerente Geral de Finanças da MRS;
- Gerente de Operações Financeiras e de Relações com Investidores da MRS;
- Gerente de Faturamento e Tesouraria.

O Comitê Financeiro reunir-se-á com periodicidade mínima trimestral, ou por convocação do Coordenador do Comitê.

O Comitê Financeiro é responsável por:

- Monitorar e analisar a gestão do risco financeiro da companhia, informando ao Conselho de Administração, em periodicidade mínima anual, sobre o estado do gerenciamento de riscos financeiros;
- Acompanhar a formulação do Orçamento Anual da companhia;
- Assessorar o Conselho de Administração nos assuntos relacionados à formulação do Orçamento Anual;
- Recomendar ao Conselho de Administração, em periodicidade anual, atualizações da Política de Gestão de Riscos Financeiros da companhia; e
- Avaliar propostas de operações que estejam fora dos limites determinados nesta Política para que a operação seja submetida, em reunião de acionistas.

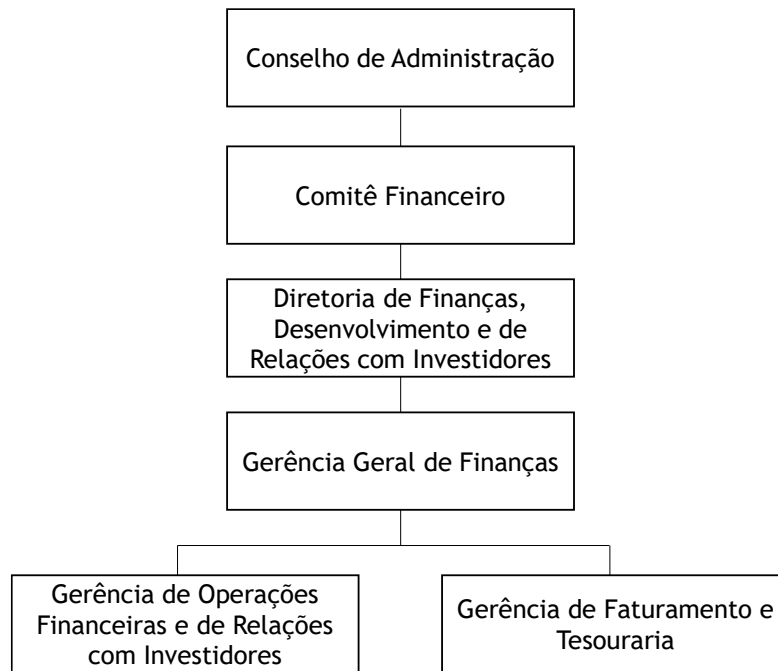
A Diretora de Finanças, Desenvolvimento e de Relações com Investidores é responsável por:

- Zelar pela qualidade, integridade e disponibilidade das informações financeiras;
- Apoiar a análise dos temas tratados pelo Comitê Financeiro;
- Propor ao Comitê Financeiro alterações na Política de Gestão de Riscos Financeiros que julgar necessárias;
- Comunicar prontamente ao Coordenador do Comitê sobre quaisquer eventos não previstos ou que infrinjam, ainda que pontualmente, os limites estabelecidos nesta Política;
- Coordenar o processo de confecção dos indicadores financeiros, propostas orçamentárias e informações relacionadas à Política de Gestão de Riscos Financeiros; e
- Coordenar a agenda do Comitê Financeiro em sincronismo com a Reunião de Acionistas.

O Gerente Geral de Finanças e o Gerente de Operações Financeiras e de Relações com Investidores são responsáveis por:

- Gerenciar os riscos de mercado, implementando e utilizando controles internos, no intuito de acompanhar a exposição da Companhia; e
- Reportar relatórios periódicos deste acompanhamento à Administração.

Estrutura hierárquica desses órgãos:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A Gerência Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos também monitora os riscos financeiros à que a Companhia está exposta, indicando as ações a serem tomadas para mitigação de tais riscos, bem como novas ações cabíveis, dentro do processo do plano anual baseado em riscos. Maiores informações sobre a atuação da Gerência Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos nos riscos financeiros e de mercado da Companhia podem ser verificadas no item 5.1 deste Formulário de Referência.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A administração da MRS entende que esta estrutura de gestão de risco está adequada e considera que a exposição da Companhia aos riscos de mercado vem sendo acompanhada e mitigada de forma satisfatória.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Para assegurar a elaboração das demonstrações contábeis, a Gerência de Contabilidade e Patrimônio é responsável:

- 1) Pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, com as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- 2) Pela conciliação dos saldos das contas patrimoniais, garantindo que os saldos contábeis reflitam a real situação financeira e econômica da Companhia;
- 3) Pela parametrização das contas contábeis no sistema operacional da Companhia (Oracle EBS) e seus sistemas legados ou interfaceados.

Além disso, todos os lançamentos manuais são realizados apenas por colaboradores lotados na Gerência de Contabilidade e Patrimônio e Gerência Tributária e aprovados, sistemicamente, pelo gerente de contabilidade e patrimônio, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade - CRC.

As demonstrações contábeis são submetidas, anualmente, ao processo de auditoria e, trimestralmente, ao processo de revisão de informações intermediárias realizada por auditor independente e de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Essas normas requerem que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estejam livres de distorções relevantes.

A Gerência Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos elabora Plano Anual de Auditoria, com base na análise dos riscos dos processos da Companhia. Eventualmente, um processo que tenha deficiências identificadas pode gerar algum impacto nas demonstrações contábeis. Neste caso, ações corretivas são discutidas com Gerência de Contabilidade e Patrimônio e acompanhadas junto aos gestores responsáveis.

A Auditoria Interna da MRS foi a primeira do gênero em ferrovias sul-americanas a receber a certificação de qualidade do IIA Global (*Institute of Internal Auditors*), a principal entidade do segmento, que avalia a consistência e a qualidade da prática de Auditoria Interna de acordo com os padrões globais estabelecidos como mandatórios para esta atividade.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A Diretoria de Finanças e Desenvolvimento é a área responsável pelas demonstrações contábeis da Companhia, que são elaboradas pela Gerência de Contabilidade e Patrimônio, que está subordinada à Gerência Geral de Controladoria. A Gerência Tributária também está subordinada à Gerência Geral de Controladoria. Cabe ao gerente de contabilidade e patrimônio assegurar a adoção das boas práticas e das normas contábeis, seguindo a legislação contábil e regulatória para que as demonstrações contábeis e todas as demais obrigações acessórias sejam entregues dentro do prazo e em conformidade com exigências legais. O gerente tributário é responsável por assegurar a adoção das boas práticas fiscais.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Após realizar as auditorias investigativas, consultivas e preventivas, o Gerente Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos elabora relatório reportando diretamente ao Conselho de Administração todas as deficiências e pontos de melhoria encontrados nos mais diversos processos e rotinas da Companhia, podendo incluir a elaboração de Demonstrações Financeiras.

Para as deficiências e pontos de melhorias apontados são traçados, pela área auditada, com supervisão da Auditoria Interna, planos de ação para atuar de forma corretiva e preventiva sobre os riscos apontados. Cabe aos gerentes gerais adotar e executar as ações corretivas e preventivas definidas pela Gerência Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O Relatório de Recomendações para o aprimoramento dos controles internos elaborado em conexão com o exame das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021 foi emitido pelos auditores externos - KPMG Auditores Independentes.

Durante os trabalhos de exame de auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram identificadas deficiências significativas.

As recomendações não significativas apresentadas na carta de recomendações referem-se, basicamente, a sugestões de aprimoramento dos controles internos e dos procedimentos contábeis, mas que são de importância suficiente para merecer a atenção da administração, as quais serão avaliadas e tratadas em conjunto com os responsáveis pelos processos.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Com relação às sugestões de aprimoramento dos controles internos, elas serão avaliadas pela administração e tratadas em conjunto com os responsáveis pelos processos.

A administração entende, no entanto, que tais sugestões não refletem deficiências significativas, não levando a distorções nas demonstrações contábeis.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A MRS possui Código de Conduta Ética, atualizado em dezembro de 2021, e especificamente atualizado em dezembro de 2017 para adequação às normas anticorrupção no âmbito do Programa de Integridade, e as seguintes políticas relacionadas a ele:

- Relacionamento com os Órgãos Públicos e Anticorrupção,
- Conflito de Interesses
- Segurança, Meio Ambiente e Saúde
- Presentes e Brindes
- Patrocínios e Doações

Em dezembro de 2017, foi também emitido o Código de Conduta Ética para Terceiros, que se destina à formalização dos princípios éticos definidos e defendidos pela MRS a serem observados por clientes, fornecedores, parceiros comerciais e quaisquer outros terceiros que se relacionem com a MRS.

A Companhia possui um canal de comunicação (Linha Direta com a Auditoria) por meio do qual são recebidas dúvidas e denúncias, que funciona como um mecanismo de controle das situações de risco às quais a Companhia está exposta e de tratamento das condutas antiéticas ou ilícitas que eventualmente venham a ser praticadas. Os casos mais complexos são resolvidos pelo Comitê de Conduta Ética da Companhia, composto pelo Gerente Geral de Auditoria e Gestão de Riscos, pelo Diretor de Recursos Humanos e pelo Diretor Presidente.

No ano de 2017, foi realizado treinamento presencial de todos os gestores da Companhia em relação ao Programa de Integridade e todos os colaboradores realizam o treinamento online relativo ao Programa de Ética e Integridade da Companhia.

Em dezembro de 2018, foi realizado treinamento presencial para os Gestores da Companhia, em reforço ao treinamento anteriormente realizado.

Em 2019, foi criada a Cartilha do Programa de Ética e Integridade da Companhia, realizada campanha de comunicação interna para divulgação da Cartilha e dos principais pontos das Políticas de Conduta e instituído um treinamento sobre o Programa de Integridade no momento em que novos colaboradores são admitidos (durante o Programa de Integração de novos colaboradores).

Até o momento não foi implantada política de revisão periódica da avaliação de riscos, bem como não está estruturado o monitoramento contínuo.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Conforme descrito no item i, até o momento não está estruturado o monitoramento contínuo do Programa de Integridade.

iii. **se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

A MRS possui Código de Conduta Ética aplicável a todos os colaboradores e fornecedores, sendo parte integrante do contrato de trabalho e das demais relações contratuais e/ou de representação dos colaboradores e demais parceiros da Companhia. O referido Código foi atualizado em dezembro de 2017, para adequação às normas anticorrupção no âmbito do Programa de Integridade.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Por ter sido atualizado em dezembro de 2017, todos os colaboradores foram treinados até o fim de 2018, conforme cronograma anual de treinamentos.

Em dezembro de 2018, foi realizado treinamento presencial para os Gestores da Companhia, em reforço ao treinamento anteriormente realizado.

Em 2019, foi criada a Cartilha do Programa de Ética e integridade da Companhia, realizada campanha de comunicação interna para divulgação da Cartilha e dos principais pontos das Políticas de Conduta e instituído um treinamento sobre o Programa de Integridade no momento em que novos colaboradores são admitidos (durante o Programa de Integração de novos colaboradores).

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

A inobservância ao estabelecido no Código caracteriza infração e enseja a aplicação de medidas disciplinares, devidamente estipuladas no documento.

Caso não sejam cumpridas as normas do Código de Conduta Ética e das Políticas Gerais de Conduta, os colaboradores poderão sofrer penalidades, que poderão variar, de acordo com a gravidade da violação, entre as seguintes: as previstas no Regulamento Disciplinar da MRS, advertência por escrito, suspensão ou demissão por justa causa ou sem justa causa.

Poderão ser tomadas, ainda, medidas para destituição de membros do Conselho de Administração e Diretores.

Para os fornecedores, clientes, representantes e demais terceiros que tenham vínculos contratuais ou de representação com a MRS, qualquer infração aos documentos poderá resultar em rescisão do contrato ou do instrumento de mandato e, quando cabível, na aplicação de multas contratuais.

Poderão ser adotadas medidas judiciais ou extrajudiciais para reparar eventuais danos causados à Companhia em quaisquer dos casos acima.

Violações ao Código podem ter consequências graves para a MRS e para os indivíduos envolvidos. Condutas que possam ser consideradas criminosas, além de implicarem a rescisão contratual e a extinção do vínculo do parceiro

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

com a MRS, serão encaminhadas às autoridades competentes para investigação e podem resultar em processos e/ou condenações, na forma da legislação aplicável.

Em 2021, foram tratados 112 casos pertinentes ao canal (1 caso pode ter mais de uma denúncia associada), tendo sido finalizadas investigações para 80 deles, conforme detalhes, a seguir:

- 24 relativos a desvios éticos foram considerados procedentes, gerando 36 demissões, 3 suspensões, 7 advertências, 11 descredenciamento de terceiros e uma mudança de gestor;
- 21 relacionados a reclamações ou descumprimentos acarretaram regularizações de processos.
- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O atual Código de Conduta Ética, as políticas a ele relacionadas e o Código de Conduta Ética para Terceiros foram aprovados pela Presidência e Diretoria em 11 de dezembro de 2017 e pode ser consultado no *site* da MRS (<https://www.mrs.com.br/sustentabilidade/programa-de-integridade-e-etica-da-mrs/>).

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A MRS possui Canal de Denúncia gerenciado internamente, denominado "Linha Direta com a Auditoria". Ressalta-se que está em curso o processo de escolha de canal terceirizado de denúncias, o qual trará mais qualidade na informação obtida dos denunciantes e propiciará uma melhor condição de investigação por parte da equipe dedicada a esse tema.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

Colaboradores, terceiros e sociedade em geral podem acessar o "Linha Direta com a Auditoria", que está disponível no site da empresa (www.mrs.com.br), podendo a denúncia ser efetuada em sistema específico ou via 0800 (ligação gratuita), com anonimato garantido.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

O anonimato é garantido. O denunciante recebe um protocolo da denúncia, com o qual pode verificar o andamento da apuração, bem como pode estabelecer contato com os responsáveis pela apuração, sempre de forma anônima, com o intuito de adicionar ou refinar os dados e fatos descritos.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

Os trabalhos de apuração das denúncias na MRS estão a cargo da Gerência Geral de Auditoria Interna de Gestão de Riscos, diretamente subordinada ao Conselho de Administração.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A MRS não possui normas internas sobre fusão, aquisição e reestruturações societárias e tais eventos não ocorreram em 2021.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, visto que a Companhia adotou medidas neste sentido.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Riscos Ambientais:

Os processos de gerenciamento de riscos ambientais vêm sendo aperfeiçoados ao longo do tempo com o intuito de prever e corrigir possíveis desvios, falhas ou imperfeições que possam ameaçar os controles ambientais e gerar insegurança em qualquer área de atuação da Companhia que tenha processos ligados direta ou indiretamente ao meio ambiente e suas normas reguladoras e legislação pertinente.

No exercício social encerrado em 2021, não houve alterações significativas nos riscos ambientais ou nos processos de gerenciamento dos mesmos e não há expectativas de aumento na exposição da Companhia a tais riscos. Os riscos estão diminuindo ao passo que a Companhia investe em ações de adequações ambientais de seus processos, prevenção de incidentes, relação com os órgãos ambientais e regulatórios, proximidade com a comunidade e treinamento e conscientização de seus funcionários.

Riscos Corporativos

Não ocorreram alterações significativas nos principais riscos da MRS, entretanto, uma nova metodologia de levantamento de riscos corporativos, focada em riscos que afetam o atingimento do Plano Diretor da MRS, foi aprovada pelo Conselho de Administração, e aplicada em 2020, tendo sido apresentada e aprovada em reunião do Conselho de Administração, em dezembro do referido ano.

Fornecedores

Para minimizar os riscos associados a fornecedores, a Companhia se utiliza de diversos processos para seleção, gerenciamento e acompanhamento desses. Previamente à seleção, são checadadas questões trabalhistas e sociais de fornecedores, como envolvimento em trabalho escravo e débitos trabalhistas. Durante o fornecimento, os contratos passam pela avaliação de gestores no sistema IDF, que pondera questões ligadas à SMA (Segurança e Meio Ambiente), Qualidade, Cronograma, dentre outras, além de classificar fornecedores críticos. Existem também cláusulas trabalhistas, previdenciárias e ambientais em todos os contratos, seja de material ou serviço, mão de obra interna ou externa.

Faixa de Domínio e Questões Habitacionais

Uma característica presente nos sistemas ferroviários nacionais, principalmente naqueles de grande interface com municípios densamente povoados, é a dificuldade de conciliar a deficiência de políticas de planejamento e zoneamento, questões habitacionais e infraestrutura de saneamento com a integridade da operação ferroviária.

A interface em áreas urbanizadas se traduz em situações rotineiras na operação ferroviária, tais como: acidentes decorrentes do trânsito intenso de pessoas e veículos; furto ou vandalismo de cargas; ocupação irregular (invasão); descarte irregular de resíduos domésticos; assim como limitações para expansão; insatisfação e risco de manifestação pelas comunidades. Neste cenário, ao longo dos anos, a MRS tem demonstrado atenção constante ao bem-estar das comunidades, principalmente, àquelas próximas de sua faixa de domínio e para contribuir com as soluções foi constituída,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

em 2021, a Gerência de Gestão Fundiária, designada a criar e revisar procedimentos, fluxos de negociação e propostas para questões de deslocamento de populações vulneráveis, dentre outras atividades. Ainda em 2021, 17 famílias foram removidas de áreas de risco, com desembolso de R\$ 4 milhões para deslocamento e ações sociais. No próximo ciclo estão previstas iniciativas que superam o valor já direcionado às tratativas.

Considerando a complexidade da questão habitacional na maior parte dos municípios brasileiros, a Companhia tem como grande desafio em 2022 desenvolver soluções que contemplem aspectos sociais, operacionais, legais, ambientais e regulatórios para a questão de deslocamento de populações, tema agravado após as ocorrências relacionadas às chuvas de janeiro de 2022. Entende-se, portanto, que tais situações apontadas dependem de intervenção da administração pública, em todas as esferas, em conjunto com as ferrovias, em um esforço para a implantação de políticas sociais estruturantes que possam, de fato, alterar a realidade das cidades e mitigar impactos ao negócio.

Neste cenário, a MRS tem ampliado os levantamentos quanto a possíveis invasões na faixa de domínio para preservar a operação ferroviária, visando ao atendimento dos requisitos da concessão. Em ação complementar, tem contribuído junto à ANTT, na agenda regulatória do biênio 2022-2023, para construção de regulamentação da faixa de domínio.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes além daquelas já mencionadas na seção 5 deste Formulário de Referência

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10. Comentários dos Diretores

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

a.1. condições financeiras e patrimoniais gerais em 2021

A MRS encerrou o ano de 2021, com 170,0 milhões de toneladas transportadas, registrando um incremento de 6,4% em relação ao ano de 2020. Esse incremento pode ser explicado pelo impulso na demanda por minério de ferro, principalmente no mercado externo. Os diretores destacam que houve um aumento de 9,2% no volume do Grupo Mineração (minério de ferro - mercado local e externo, carvão e coque), com um incremento de 1,9% no volume do segmento Carga Geral (grupo composto por produtos agrícolas, siderúrgicos, cimento, contêineres, dentre outros), correspondendo ao final de 2021 por 36,9% do mix transportado.

Os diretores também informam que, em 2021, o Transit Time do minério de ferro, indicador que calcula o tempo de transporte (da origem até o destino) da principal carga da Companhia, apresentou retração para 19,72 horas, contra 20,07 horas, de 2020. Essa retração se deve ao aprimoramento na execução do trem não tripulado, vigente desde 2020. Nesse novo modelo, para o trem transpor a Zona de Auto Salvamento (ZAS) da Barragem Forquilha III de forma não tripulada é preciso cumprir um protocolo técnico e de segurança que reduz a velocidade média da composição.

Em 2021, a Companhia realizou investimentos na ordem de R\$ 1.761,8 milhões, 124,4% acima do total alocado em 2020. Segundo a diretoria, este incremento do volume de investimentos em 2021 pode ser verificado, principalmente, com confiabilidade e modernidade do material rodante, além de novas aquisições de ativos.

Os diretores apresentam na tabela abaixo os principais indicadores financeiros da MRS em 2021 e a sua comparação com 2020.

Resultados	2021	2020	2021 x 2020
Receita Operacional Bruta (R\$ milhões)	4.788,9	3.890,2	23,1%
Tarifa Média Bruta (R\$/ton)	28,2	24,3	15,7%
Receita Operacional Líquida (R\$ milhões)	4.427,4	3.605,0	22,8%
Tarifa Média Líquida (R\$/ton)	26,0	22,6	15,5%
EBITDA (R\$ milhões)	2.465,9	2.012,9	22,5%
Margem EBITDA (%)	55,7%	55,8%	-0,1pp
Lucro Líquido (R\$ milhões)	699,6	430,3	62,6%
Dívida Líquida/EBITDA (x)	1,00x	0,83x	0,17

Em 2021, a Companhia registrou Receita Líquida de R\$ 4,4 bilhões. Segundo os diretores, o incremento verificado em relação a 2020, é explicado, principalmente, pela demanda por minério de ferro no mercado externo.

O EBITDA de 2021 foi de R\$ 2,5 bilhões, 22,5% acima do verificado em 2020. Segundo a diretoria, contribuíram para este melhor resultado pela boa performance no transporte tanto do grupo mineração, quanto do grupo de carga geral.

O resultado final de 2021 foi um Lucro Líquido de R\$ 699,6 milhões, que representou uma expansão de 62,6% em relação ao verificado em 2020. Os diretores esclarecem que este resultado alcançado em 2021 refletiu a busca pela eficiência dos gastos, além da melhora do desempenho no grupo mineração, principalmente no mercado externo.

O índice de endividamento da Companhia medido pela relação Dívida Líquida/EBITDA apresentou incremento na comparação com 2020, encerrando 2021 em 1,00x, reflexo das novas captações ocorridas em 2021, entretanto com o foco sustentável na gestão de recursos, principalmente no controle da alavancagem financeira.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia possui nota de classificação de risco (*rating*) atribuída pelas agências de classificação de risco *Standard & Poor's (S&P)* e *Fitch Ratings (Fitch)*. Em 2021, ambas as agências reafirmaram os *ratings* da Companhia que são 'brAAA' pela S&P e 'brAAA' pela Fitch.

a.2. condições financeiras e patrimoniais gerais em 2020

A MRS encerrou o ano de 2020, com 159,8 milhões de toneladas transportadas, registrando um incremento de 8,8% em relação ao ano de 2019. Esse incremento pode ser explicado pelo impulso na demanda por minério de ferro, no mercado externo. Os diretores destacam que houve um aumento de 12,2% no volume do Grupo Mineração (minério de ferro - mercado local e externo, carvão e coque), com um incremento de 3,8% no volume do segmento Carga Geral (grupo composto por produtos agrícolas, siderúrgicos, cimento, contêineres, dentre outros), correspondendo ao final de 2020 por 38,6% do mix transportado.

Os diretores também informam que, em 2020, o Transit Time do minério de ferro, indicador que calcula o tempo de transporte (da origem até o destino) da principal carga da Companhia, apresentou incremento para 20,07 horas, contra 19,08 horas, de 2019. Esse pequeno incremento pode ser justificado pelo impacto do novo modelo de circulação para atendimento ao terminal do Andaime através da operação do Trem Não Tripulado. Nesse novo modelo, para o trem transpor a Zona de Auto Salvamento (ZAS) da Barragem Forquilha III de forma não tripulada é preciso cumprir um protocolo técnico e de segurança que reduz a velocidade média da composição.

Em 2020, a Companhia realizou investimentos na ordem de R\$ 785,0 milhões, 5,0% acima do total alocado em 2019. Segundo a diretoria, este incremento do volume de investimentos em 2020 pode ser verificado, principalmente, com a priorização na eficiência do transporte e sustentabilidade do negócio.

Os diretores apresentam na tabela abaixo os principais indicadores financeiros da MRS em 2020 e a sua comparação com 2019.

Resultados	2020	2019	2020 x 2019
Receita Operacional Bruta (R\$ milhões)	3.890,2	3.483,7	11,7%
Tarifa Média Bruta (R\$/ton)	24,0	23,7	1,3%
Receita Operacional Líquida (R\$ milhões)	3.605,0	3.200,8	12,6%
Tarifa Média Líquida (R\$/ton)	22,6	21,8	3,7%
EBITDA (R\$ milhões)	2.012,9	1.963,9	2,5%
Margem EBITDA (%)	55,8%	61,4%	-5,6pp
Lucro Líquido (R\$ milhões)	430,3	503,4	-14,5%
Dívida Líquida/EBITDA (x)	0,83x	1,19x	-0,36x

Em 2020, a Companhia registrou Receita Líquida de R\$ 3,6 bilhões. Segundo os diretores, o incremento verificado em relação a 2019, é explicado, principalmente, pela demanda inflada por minério de ferro no mercado externo.

O EBITDA de 2020 foi de R\$ 2,0 bilhões, 2,5% acima do verificado em 2019. Segundo a diretoria, contribuíram para este melhor resultado pela boa performance no transporte tanto do grupo mineração, quanto do grupo de carga geral.

O resultado final de 2020 foi um Lucro Líquido de R\$ 430,3 milhões, que representou uma retração de 14,5% em relação ao verificado em 2019. Os diretores esclarecem que este resultado alcançado em 2020 representou a política constante da busca pela eficiência dos gastos, além da melhora do desempenho no grupo mineração, além do bom desempenho em Carga Geral.

O índice de endividamento da Companhia medido pela relação Dívida Líquida/EBITDA melhorou na comparação com 2019, encerrando 2020 em 0,83x, refletindo o foco sustentável na gestão de recursos, controle da baixa alavancagem e boa performance operacional.

A Companhia possui nota de classificação de risco (*rating*) atribuída pelas agências de classificação de risco Standard &

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Poor's (S&P) e Fitch Ratings (Fitch). Em 2020, ambas as agências reafirmaram os ratings da Companhia que são 'brAAA' pela S&P e 'brAAA' pela Fitch.

a.3. condições financeiras e patrimoniais gerais em 2019

Em 2019, a Companhia registrou Receita Líquida de R\$ 3,2 bilhões. Segundo os diretores, a redução verificada em relação a 2018, é explicada, principalmente, pela queda da barragem em Brumadinho (MG) e suas consequências. O EBITDA de 2019 foi de R\$ 1,96 bilhão, 27,3% acima do verificado em 2018. Segundo a diretoria, contribuíram para este melhor resultado a adoção da norma contábil CPC06R2/IFRS16, que realocou os custos de alguns contratos de arrendamento operacional, pela redução no consumo de combustível, em decorrência do menor volume transportado, pelo empenho da Companhia para redimensionar e reduzir seus gastos operacionais e o resultado favorável em outras receitas e despesas.

O resultado final de 2019 foi um Lucro Líquido de R\$ 503,4 milhões, que representou uma pequena retração de 3,5% em relação ao verificado em 2018. Os diretores esclarecem que este resultado alcançado em 2019 representou a política constante da busca pela eficiência dos gastos, além da melhora do desempenho em Carga Geral, e provisão das cláusulas contratuais que constam nos contratos de longo prazo da Companhia - *Take or Pay*. O índice de endividamento da Companhia medido pela relação Dívida Líquida/EBITDA melhorou na comparação com 2018, encerrando 2019 em 1,19x, refletindo o foco sustentável na gestão de recursos, controle da baixa alavancagem e boa performance operacional.

A Companhia possui nota de classificação de risco (rating) atribuída pelas agências de classificação de risco Standard & Poor's (S&P) e Fitch Ratings (Fitch). Em 2019, ambas as agências reafirmaram os ratings da Companhia que são 'brAAA' pela S&P e 'brAAA' pela Fitch.

Resultados	2019	2018	2019 x 2018
Receita Operacional Bruta (R\$ milhões)	3.483,7	4.083,6	-14,7%
Tarifa Média Bruta (R\$/ton)	23,7	23,4	1,3%
Receita Operacional Líquida (R\$ milhões)	3.200,8	3.726,4	-14,1%
Tarifa Média Líquida (R\$/ton)	21,8	21,3	2,3%
EBITDA (R\$ milhões)	1.963,9	1.543,2	27,3%
Margem EBITDA (%)	61,4%	41,4%	20,0pp
Lucro Líquido (R\$ milhões)	503,4	521,6	-3,5%
Dívida Líquida/EBITDA (x)	1,19x	1,38x	-0,19x

b. estrutura de capital:

A Companhia busca sempre a otimização de sua estrutura de capital com ênfase na redução de custos financeiros. A tabela abaixo resume a estrutura de capital da Companhia nos três últimos exercícios, apresentando o padrão de financiamento de suas operações:

Em R\$ milhões	2021	2020	2019
Patrimônio Líquido (PL)	4.847,5	4.312,8	4.102,5
Capital de Terceiros (CT)	8.587,3	6.816,9	6.621,6
Passivo Circulante	2.398,1	2.131,4	1.868,8
Passivo Não Circulante	6.189,2	4.685,5	4.752,8
Participação do Capital Próprio (PL)	36%	39%	38%
Participação do Capital de Terceiros (CT)	64%	61%	62%

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Observando o endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, os diretores acreditam que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes, bem como que a Companhia tem condições de, se necessário, obter novos recursos junto a instituições financeiras públicas e privadas ou no mercado de capitais, de forma a cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possam garantir que tal situação permanecerá inalterada. Os resultados dos principais indicadores de capacidade de pagamento de dívida utilizados pela Companhia são detalhados no item 10.1.f (iv) abaixo.

Os diretores da Companhia entendem que, em condições normais de mercado, a sólida geração de caixa confere à Companhia margem de conforto para honrar todas as obrigações existentes.

Os diretores destacam que as análises de dois importantes indicadores são relevantes para garantir a capacidade de pagamento da Companhia, quais sejam:

- (i) O indicador Dívida Líquida/EBITDA, ficou em 1,00x em 2021, quando comparado com o indicador de 2020, que ficou em 0,83x e, de 2019, em 1,19x. Logo, nos exercícios sociais encerrados em 2021, 2020 e 2019, a Companhia cumpriu o *covenant* estabelecido com seus credores; e
- (ii) O indicador EBITDA/Despesa Financeira Líquida, que em 2021 foi de 9,6x, no mesmo patamar verificado em 2020, de 9,6x, e inferior ao verificado em 2019, de 11,8x. Logo, nos exercícios sociais encerrados em 2021, 2020 e 2019, a Companhia também cumpriu este *covenant* firmado junto aos credores.

Os diretores ressaltam ainda que a Companhia possui os seguintes mecanismos de proteção contratual, que garantem um fluxo de receita mínimo anual, conforme acordado nos contratos com seus clientes cativos, que são também os controladores da Companhia:

- (i) *Take or Pay*: prevê o pagamento de um valor mínimo por ano à MRS, tendo por base um volume acordado entre a Companhia e referido cliente, independentemente de o transporte ter ocorrido.
- (ii) Gatilho: prevê reajuste na tarifa cobrada do cliente a fim de repassar um eventual aumento no custo do óleo diesel, combustível utilizado nas locomotivas e um dos principais custos da Companhia.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os diretores informam que as fontes de recursos utilizadas pela Companhia para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes foram a geração de caixa operacional, empréstimos e financiamentos e emissão de valores mobiliários no mercado de capitais.

A esse respeito, os diretores acrescentam que a Companhia utiliza linhas bancárias de longo prazo, bem como analisa constantemente as opções de financiamento via mercado de capitais, já tendo realizado 10 (dez) emissões de debêntures desde a sua criação. Com relação aos três últimos exercícios sociais, note-se que foram realizadas, em 2021, captações de emissão de debêntures no valor de R\$1.500,0 milhões e Notas Promissórias no montante de R\$500,0 milhões. Em 2020, ocorreram captações junto a bancos privados e públicos, no valor total de R\$511 milhões. Em 2019, ocorreu a 9ª emissão de debêntures da Companhia, no valor de R\$650 milhões.

Os diretores destacam, ainda, que a MRS está inserida no setor de infraestrutura, considerado estratégico na visão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Desta forma, a Companhia consegue financiar seus investimentos em via permanente, vagões e locomotivas com linhas específicas deste banco, com taxas de juros e prazos de pagamento compatíveis com a característica de longa maturação deste tipo de investimento.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em relação ao financiamento para capital de giro, os diretores destacam que a Companhia auferir prazo médio de recebimento curto, possuindo forte geração de caixa e, por isso, os financiamentos com a finalidade de fortalecer o capital de giro quase não são utilizados. Em contrapartida, os diretores acreditam que a Companhia busca sempre as melhores oportunidades no mercado para alongar o prazo médio de sua dívida e reduzir seu custo financeiro. Desta forma, na opinião dos diretores, as fontes de financiamento que não são atreladas aos investimentos da Companhia foram tomadas para melhoria do perfil da sua dívida.

Para informações mais detalhadas sobre as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia consulte o item 10.1.f (i) deste documento.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

A diretoria da MRS entende que, caso ocorram deficiências de liquidez, poderão ser utilizadas fontes bancárias de prazo mais longo ou ainda operações via mercado de capitais.

O detalhamento das informações a respeito dos limites dos financiamentos já contratados encontra-se disponível no item 10.1.g abaixo.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

A tabela a seguir demonstra o nível de endividamento, considerando o passivo circulante e não circulante:

Em R\$ milhões	2021	2020	2019
Patrimônio Líquido (PL)	4.847,5	4.312,8	4.102,5
Capital de Terceiros (CT)	8.587,3	6.816,9	6.621,6
Passivo Circulante	2.398,1	2.131,4	1.868,8
Passivo Não Circulante	6.189,2	4.685,5	4.752,8
Participação do Capital Próprio (PL)	36%	39%	38%
Participação do Capital de Terceiros (CT)	64%	61%	62%

As informações do endividamento apresentadas no quadro a seguir dizem respeito apenas ao passivo oneroso, diferente do apresentado na tabela imediatamente anterior.

	2021		2020		2019	
	R\$ MM	%	R\$ MM	%	R\$ MM	%
Dívida de Curto Prazo	770,1	17,8%	831,6	28,6%	714,5	22,7%
Dívida de Longo Prazo	3.551,3	82,2%	2.156,4	71,4%	2.351,0	77,3%
Total Dívida Bruta	4.321,4	100,0%	2.988,0	100,0%	3.065,5	100,0%

I - Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os diretores informam que os empréstimos e financiamentos da Companhia totalizaram R\$ 4.321,4 milhões em 2021, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Em R\$ milhões	2021	2020	2019
Debêntures	3.058,4	1.792,7	1.803,9
BNDES - Operações Direta	336,3	395,8	669,9
Banco MUFG	402,4	653,1	627,1
CCB	50,5	152,6	-
Nota Promissória	508,7	-	-
Arrendamento Mercantil	-	-	-
Perdas com Instrumentos	15,15	17,65	18,97
Custos da Transação	(50,0)	(23,9)	(54,4)
Total Dívida Bruta	4.321,4	2.988,0	3.065,5

II - Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os diretores informam que não há outras relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras que não estejam descritas no item I acima.

III - Grau de subordinação entre as dívidas

Os diretores informam que não foram estabelecidas cláusulas de subordinação entre as dívidas da Companhia, sendo o grau de subordinação entre elas determinado pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 11.101/2005. Porém, para algumas das dívidas pendentes tomadas pela Companhia foram constituídas garantias específicas (o que pode afetar a posição dos respectivos créditos no âmbito de eventual concurso de credores, nos termos da legislação em vigor), quais sejam:

1) BNDES (DULC/FINEM):¹

- Penhor de recebíveis (contratos de prestação de serviços);
- Cessão de 90% do “Direito à Indenização por Rescisão” relativa ao eventual término antecipado do Contrato de Concessão e/ou do Contrato de Arrendamento.

¹As garantias foram revistas e algumas que era previstas originalmente foram retiradas dos contratos com o Banco.

2) BNDES (operações de FINAME e FINEM) para a aquisição de material rodante, vagões e locomotivas:

- Penhor dos bens financiados (vagões e/ou locomotivas).

3) Outros financiamentos (incluindo a 7ª, a 8ª, a 9ª e a 10ª Emissões de Debêntures e Notas Promissórias):

- Operações sem garantia.

IV - eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os diretores informam abaixo os contratos financeiros que possuem cláusulas contratuais restritivas (*covenants*):

Contratos	Indicadores	2021	2020	2019
BNDES	Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 2,5	Menor ou igual a 2,5	Menor ou igual a 2,5
Banco MUFG	Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,0	Menor ou igual a 3,0	Menor ou igual a 3,0
Debentures 6ª Emissão	Dívida Líquida/EBITDA	-	-	-
	EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas	-	-	-
Debentures 7ª Emissão	Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,0	Menor ou igual a 3,0	Menor ou igual a 3,0
	EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas	Maior que 4,0 ou menor que 0 (zero)	Maior que 4,0 ou menor que 0 (zero)	Maior que 4,0 ou menor que 0 (zero)
Debentures 8ª Emissão	Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,0	Menor ou igual a 3,0	Menor ou igual a 3,5
	EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas	Maior que 3,5 ou menor que 0 (zero)	Maior que 3,5 ou menor que 0 (zero)	Maior que 3,5 ou menor que 0 (zero)
Debentures 9ª Emissão	Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,5	Menor ou igual a 3,5	Menor ou igual a 3,5
Debentures 10ª Emissão	Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,5	Menor ou igual a 3,5	-
CCB Safra	Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,5	Menor ou igual a 3,5	-
CCB Sumitomo	Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,5	Menor ou igual a 3,5	-
Notas Provisórias	Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,5	Menor ou igual a 3,5	-

As quatro emissões de debêntures ativas da Companhia (7ª, 8ª, 9ª e 10ª emissões) possuem as seguintes restrições, além dos *covenants* financeiros listados na tabela acima:

(a) Debêntures 7ª Emissão:

(i) Restrição à alienação de ativos imposta somente a ativos permanentes que representem em um período de 12 meses, de forma individual ou agregada, valor igual ou superior a R\$ 100.000.000,00, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação.

(ii) Restrição ao pagamento de dividendos, caso a Companhia esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures, previsto no estatuto social da Emissora, que não tenham sido declarados até a data de celebração da Escritura de Emissão, ressalvando o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

(b) Debêntures 8ª Emissão:

(i) Restrição à alienação de ativos imposta somente a ativos permanentes que representem em um período de 6 meses, de forma individual ou agregada, valor igual ou superior a R\$ 150.000.000,00, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando a maioria absoluta debêntures em circulação.

(ii) Restrição ao pagamento de dividendos, caso a Companhia esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures, previsto no estatuto social da Emissora, que não tenham sido declarados até a data de celebração da Escritura de Emissão, ressalvando o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

(c) Debêntures 9ª Emissão:

(i) Restrição à alienação de ativos não-circulantes que representem valor igual ou superior a 15% (quinze por cento) dos ativos não-circulantes, em relação às demonstrações financeiras auditadas e consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, atualizado monetariamente pelo IPCA na menor periodicidade permitida pela lei, a partir da Data de Emissão, ou seu equivalente em outras moedas, exceto em caso de: (i) alienação

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ou permuta de bens, quando realizada com a finalidade única e exclusiva de substituição do referido bem ou no caso de obsolescência do referido bem para o curso regular dos negócios; (ii) alienações em razão da renovação da Concessão, desde que não impacte negativamente o EBITDA da Emissora; ou (iii) se previamente autorizado pelo Agente Fiduciário

(ii) Restrição ao pagamento de dividendos, caso a Companhia esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures ou tenha ocorrido e esteja vigente qualquer Evento de Vencimento Antecipado, previsto no estatuto social vigente da Emissora, que não tenha sido declarada até a data de celebração da Escritura de Emissão, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

(d) Debêntures 10ª Emissão:

(i) Restrição à alienação de ativos não-circulantes que representem valor igual ou superior a 15% (quinze por cento) dos ativos não-circulantes, em relação às demonstrações financeiras auditadas e consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, atualizado monetariamente pelo IPCA na menor periodicidade permitida pela lei, a partir da Data de Emissão, ou seu equivalente em outras moedas, exceto em caso de: (i) alienação ou permuta de bens, quando realizada com a finalidade única e exclusiva de substituição do referido bem ou no caso de obsolescência do referido bem para o curso regular dos negócios; (ii) alienações em razão da renovação da Concessão, desde que não impacte negativamente o EBITDA da Emissora; ou (iii) se previamente autorizado pelo Agente Fiduciário

(ii) Restrição ao pagamento de dividendos, caso a Companhia esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures ou tenha ocorrido e esteja vigente qualquer Evento de Vencimento Antecipado, previsto no estatuto social vigente da Emissora, que não tenha sido declarada até a data de celebração da Escritura de Emissão, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

Os diretores informam que nos exercícios sociais encerrados em 2021, 2020 e 2019, a Companhia cumpriu os *covenants* financeiros e as demais restrições estabelecidas pelos credores.

Além das restrições acima, a 7ª emissão de debêntures da Companhia possui cláusulas de vencimento antecipado automático relacionadas ao rebaixamento da classificação de risco da Companhia em 2 ou mais *notches* em relação ao rating na data de emissão das debêntures. As debêntures da 8ª, 9ª e 10ª emissões não possuem cláusula de vencimento antecipado automático relacionado ao rebaixamento da classificação de risco da Companhia. A diretoria informa, ainda, que não houve eventos de vencimento antecipado de suas dívidas nos exercícios sociais encerrados em dezembro de 2021, dezembro de 2020 e em dezembro de 2019.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

As tabelas a seguir mostram os financiamentos contratados e parcialmente utilizados nos períodos abaixo indicados:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em R\$ milhões

Dezembro 2021				
Credor	Valor Contratado	Valor Tomado	Saldo Utilizado	Valor Disponível
BNDES Direto	61,9	0,0	0%	61,9
BNDES Indireto	0,0	0,0	0%	0
Total	61,9	0,0	0,0%	61,9

Dezembro 2020				
Credor	Valor Contratado	Valor Tomado	Saldo Utilizado	Valor Disponível
BNDES Direto	80,0	0,0	0%	80,0
BNDES Indireto	0,0	0,0	0%	0
Total	80	0,0	0,0%	80

Dezembro 2019				
Credor	Valor Contratado	Valor Tomado	Saldo Utilizado	Valor Disponível
BNDES Direto	332,4	240,0	72%	92,4
BNDES Indireto	0,0	0,0	0%	0
Total	332,4	240,0	72,2%	92,4

Segundo os diretores, os contratos acima possuem prazos longos de pagamento e têm como finalidade o financiamento de material rodante, obras civis e tecnologia para material rodante.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As tabelas abaixo apresentam a demonstração do resultado do exercício e o balanço patrimonial dos últimos 3 anos, com suas respectivas análises verticais e horizontais:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

MRS LOGÍSTICA S.A.								
COMPARATIVO DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS DE 2019, 2020 e 2021								
<i>(Em milhões de reais)</i>								
ATIVO	2019	% Vertical	2020	% Vertical	2021	% Vertical	% Horizontal 2019/2020	% Horizontal 2020/2021
CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	668.3	6.2%	1,206.5	10.8%	1,836.6	13.7%	80.5%	52.2%
Caixa restrito	2.0	0.0%	-	0.0%	-	0.0%	-100.0%	0.0%
Contas a receber de clientes	899.7	8.4%	382.5	3.4%	422.9	3.1%	-57.5%	10.6%
Outras contas a receber	8.4	0.1%	8.7	0.1%	16.3	0.1%	3.6%	87.4%
Estoques	119.5	1.1%	132.4	1.2%	202.8	1.5%	10.8%	53.2%
Tributos a recuperar	90.9	0.8%	63.6	1.3%	109.5	0.8%	-30.0%	72.2%
Despesas antecipadas	18.0	0.2%	16.8	0.2%	32.7	0.2%	-6.7%	94.6%
Instrumentos financeiros derivativos	51.6	0.5%	27.2	0.2%	14.6	0.1%	-47.3%	-46.3%
Outros ativos circulantes	20.1	0.2%	27.3	0.2%	44.0	0.3%	35.8%	61.2%
Total do ativo circulante	1,878.5	17.5%	1,865.0	16.8%	2,679.4	19.9%	-0.7%	43.7%
NÃO CIRCULANTE								
Realizável a longo prazo								
Contas a receber de clientes	175.2	1.6%	284.7	2.6%	247.5	1.8%	62.5%	-13.1%
Outras contas a receber	85.2	0.8%	30.3	0.3%	23.0	0.2%	-64.4%	-24.1%
Tributos a recuperar	92.8	0.9%	108.6	1.0%	550.3	4.1%	17.0%	406.7%
Tributos diferidos	-	0.0%	60.8	0.5%	65.1	0.5%	0.0%	7.1%
Despesas antecipadas	4.9	0.0%	1.3	0.0%	1.9	0.0%	-73.5%	46.2%
Instrumentos financeiros derivativos	44.7	0.4%	116.4	1.0%	131.5	1.0%	160.4%	13.0%
Outros ativos não circulantes	126.9	1.2%	124.7	1.1%	121.9	0.9%	-1.7%	-2.2%
Imobilizado	6,417.6	59.8%	6,567.6	59.0%	7,518.4	56.0%	2.3%	14.5%
Direito de uso em arrendamento	1,852.6	17.3%	1,906.5	17.1%	1,995.2	14.9%	2.9%	4.7%
Intangível	45.8	0.4%	63.7	0.6%	100.5	0.7%	39.1%	57.8%
Total do ativo não circulante	8,845.7	82.5%	9,264.7	83.2%	10,755.3	80.1%	4.7%	16.1%
TOTAL DO ATIVO	10,724.2	100.0%	11,129.7	100.0%	13,434.7	100.0%	3.8%	20.7%

MRS LOGÍSTICA S.A.								
COMPARATIVO DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS DE 2019, 2020 E 2021								
<i>(Em milhões de reais)</i>								
	2019	% Vertical	2020	% Vertical	2021	% Vertical	% Horizontal 2019/2020	% Horizontal 2020/2021
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	3,200.8	100.0%	3,605.0	100.0%	4,427.4	100.0%	12.6%	22.8%
Custo dos serviços prestados	(2,377.8)	-74.3%	(2,517.7)	-69.8%	(2,911.3)	-65.8%	5.9%	15.6%
LUCRO BRUTO	823.0	25.7%	1,087.3	30.2%	1,516.1	34.2%	32.1%	39.4%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS								
Despesas com vendas	(14.0)	-0.4%	(13.4)	-0.4%	(16.1)	-0.4%	-4.0%	19.5%
Despesas gerais e administrativas	(222.5)	-7.0%	(247.2)	-6.9%	(298.3)	-6.7%	11.1%	20.7%
Outras receitas/(despesas) operacionais	456.1	14.2%	136.4	3.8%	207.4	4.7%	-70.1%	52.1%
LUCRO OPERACIONAL	1,042.6	32.6%	963.0	26.7%	1,409.2	31.8%	-7.6%	46.3%
RESULTADO FINANCEIRO								
Receitas financeiras	312.5	9.8%	498.9	13.8%	389.4	8.8%	59.7%	-21.9%
Despesas financeiras	(597.4)	-18.7%	(815.3)	-22.6%	(752.7)	-17.0%	36.5%	-7.7%
	(284.9)	-8.9%	(316.4)	-8.8%	(363.2)	-8.2%	11.1%	14.8%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	757.7	23.7%	646.6	17.9%	1,045.9	23.6%	-14.7%	61.7%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL								
Corrente	(391.5)	-12.2%	(340.3)	-9.4%	(357.4)	-8.1%	-13.1%	5.0%
Diferido	137.2	4.3%	124.1	3.4%	11.1	0.3%	-9.6%	-91.1%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	503.4	15.7%	430.3	11.9%	699.6	15.8%	-14.5%	62.6%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

MRS LOGÍSTICA S.A.								
COMPARATIVO DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS DE 2019, 2020 e 2021								
<i>(Em milhões de reais)</i>								
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	% Vertical	2020	% Vertical	2021	% Vertical	% Horizontal 2019/2020	% Horizontal 2020/2021
CIRCULANTE								
Fornecedores	197.4	1.8%	331.6	3.0%	487.5	3.6%	68.0%	47.0%
Obrigações sociais e trabalhistas	178.2	1.7%	164.1	1.5%	208.4	1.6%	-7.9%	27.0%
Imposto de renda e contribuição social	209.0	1.9%	207.3	1.9%	188.5	1.4%	-0.8%	-9.1%
Outras obrigações fiscais	106.4	1.0%	50.3	0.5%	50.7	0.4%	-52.7%	0.8%
Empréstimos e financiamentos	714.5	6.7%	831.6	7.5%	770.1	5.7%	16.4%	-7.4%
Arrendamento mercantil	256.0	2.4%	317.9	2.9%	383.3	2.9%	24.2%	20.6%
Instrumentos financeiros derivativos	12.3	0.1%	10.6	0.1%	85.3	0.6%	-13.8%	704.7%
Dividendos a pagar	119.7	1.1%	102.4	0.9%	166.4	1.2%	-14.5%	62.5%
Concessão a pagar	3.8	0.0%	4.7	0.0%	5.6	0.0%	23.7%	19.1%
Adiantamento de cliente	0.4	0.0%	1.9	0.0%	5.8	0.0%	375.0%	205.3%
Provisões	39.8	0.4%	53.8	0.5%	21.1	0.2%	35.1%	-60.8%
Outras Obrigações	31.4	0.3%	55.3	0.5%	25.4	0.2%	76.0%	-54.0%
Total do passivo circulante	1,868.9	17.4%	2,131.4	19.2%	2,398.1	17.8%	14.0%	12.5%
NÃO CIRCULANTE								
Exigível a longo prazo								
Fornecedores	37.0	0.3%	39.4	0.4%	39.4	0.3%	6.5%	0.0%
Empréstimos e financiamentos	2,351.0	21.9%	2,156.4	19.4%	3,551.3	26.4%	-8.3%	64.7%
Arrendamento mercantil	1,650.7	15.4%	1,675.1	15.1%	1,718.4	12.8%	1.5%	2.6%
Concessão a pagar	2.7	0.0%	2.7	0.0%	2.8	0.0%	0.0%	3.7%
Adiantamento de cliente	0.0	0.0%	0.0	0.0%	0.0	0.0%	100.0%	0.0%
Tributos diferidos	63.6	0.6%	-	0.0%	-	0.0%	-100.0%	0.0%
Provisões	581.4	5.4%	662.5	6.0%	741.1	5.5%	13.9%	11.9%
Outras Obrigações	66.4	0.6%	149.4	1.3%	136.2	1.0%	125.0%	-8.8%
Total do exigível a longo prazo	4,752.8	44.3%	4,685.5	42.1%	6,189.2	46.1%	-1.4%	32.1%
TOTAL DO PASSIVO	6,621.7	61.7%	6,816.9	61.2%	8,587.3	63.9%	2.9%	26.0%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	1,917.3	17.9%	2,047.3	18.4%	2,151.5	16.0%	6.8%	5.1%
Destinação de reserva para aumento de capital	130.0	1.2%	104.3	0.9%	1,809.5	13.5%	-19.8%	1634.9%
Reservas de lucros	2,047.3	19.1%	2,151.5	19.3%	875.5	6.5%	5.1%	-59.3%
Reserva legal	320.5	3.0%	342.0	3.1%	377.0	2.8%	6.7%	10.2%
Reserva para investimentos	1,726.8	16.1%	1,809.5	16.3%	498.5	3.7%	4.8%	-72.5%
Ajustes de avaliação patrimonial	8.0	0.1%	9.7	0.1%	11.0	0.1%	21.3%	13.4%
Total do patrimônio líquido	4,102.5	38.3%	4,312.8	38.8%	4,847.5	36.1%	5.1%	12.4%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10,724.2	100.0%	11,129.7	100.0%	13,434.7	100.0%	3.8%	20.7%

Seguem os comentários dos diretores referentes às principais variações ocorridas na Demonstração do Resultado dos períodos apresentados:

Análise da Demonstração do Resultado para o Exercício Social de 2021 *versus* 2020**Receita líquida de serviços**

A diretoria informa que, em 2021, a receita líquida da Companhia teve um aumento de R\$822,4 milhões em relação a 2020. Esse acréscimo foi motivado ainda pela recuperação de parte do volume proveniente de minas que sofreram interdição após a tragédia de Brumadinho em 2019, pela continuidade da alta demanda por minério de ferro no mercado externo, maior disponibilidade de minério para compras no mercado interno e ao contínuo aumento do preço da *commodity* no mercado internacional.

Custo dos serviços prestados

O aumento de R\$393,6 milhões em 2021 comparando-se a 2020 no custo dos serviços prestados, segundo a diretoria deve-se, principalmente, ao acréscimo do preço médio do combustível em função das oscilações do mercado de commodities

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

globais e manutenção com ativos.

Lucro bruto

O lucro bruto é o resultado da receita líquida menos os custos dos serviços prestados. Em 2021 a administração da Companhia informa que apesar do aumento de 15,6% nos custos dos serviços, o crescimento da receita de serviços superou com um crescimento de 22,8%, conforme mencionado nos itens anteriores. Isso fez com que o lucro bruto ficasse R\$428,8 milhões melhor que em 2020, representando um crescimento de 39,4%.

Despesas Com Vendas

O maior impacto em despesas com vendas, informado pela diretoria, está em perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, tendo ocorrido um aumento de 19,5% em 2021 se comparado com 2020. Esse acréscimo está concentrado em apenas um cliente que entrou em recuperação judicial.

Despesas Gerais e Administrativas

A diretoria informa que o aumento de 20,7% deve -se, , principalmente, pelo aumento dos gastos com serviços prestados por terceiros.

Outras receitas/despesas operacionais

Os valores reportados na rubrica “Outras receitas/despesas operacionais” é o resultado da equação de receitas menos despesas operacionais. No ano de 2021 o resultado dessa equação foi um saldo credor (receita). A administração da Companhia explica que esta variação de 52,1%, deve-se, principalmente à provisão do ganho/créditos tributários de PIS e COFINS, em decorrência da decisão favorável do STF (Supremo Tribunal Federal) de 13 de maio de 2021, em julgamento com repercussão geral, de que o ICMS não compõe a base de cálculo das contribuições para esses tributos. Para esse registro a Companhia calculou, com base em sua melhor estimativa, o ganho total de R\$338,0 milhões, sendo que deste montante, R\$182,5 foi registrado em outras receitas operacionais e R\$155,5 em receitas financeiras.

Lucro operacional

O resultado dos crescimentos expostos nos itens anteriores, conforme explicado pela diretoria reflete em um aumento de 46,3% no lucro operacional da Companhia.

Receitas/Despesas financeiras

A diretoria informa que o aumento de 14,8%, ou R\$46,8 milhões no resultado financeiro líquido ocorreu devido à maior volume de captações de recursos, principalmente, no segundo semestre e em contrapartida ocorreram amortizações e pré-pagamentos de operações bilaterais.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A diretoria explica que o aumento de R\$130,0 milhões no imposto de renda e contribuição social corrente e diferido sobre o lucro de 2021, quando comparado ao ano de 2020, está relacionado ao aumento no lucro antes do Imposto de Renda e

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Contribuição Social de 61,7%, já explicado nos itens anteriores.

Lucro líquido do exercício

A diretoria comunica que o lucro líquido de 2021 foi de R\$ 699,6 milhões, 62,6% superior ao registrado no ano anterior devido ao aumento do faturamento e ao reconhecimento de créditos fiscais relacionados à decisão favorável da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, que impactou positivamente o resultado do período.

Análise da Demonstração do Resultado para o Exercício Social de 2020 *versus* 2019

Receita líquida de serviços

A diretoria informa que, em 2020, a receita líquida da Companhia teve um aumento de 12,6% em relação a 2019. Esse acréscimo foi motivado pela recuperação de parte do volume proveniente de minas que sofreram interdição após a tragédia de Brumadinho em 2019, além de outros fatores associados com o aproveitamento de condições mercadológicas relacionadas à valorização da *commodity* do minério de ferro no mercado internacional e a redução do índice de chuvas no primeiro trimestre de 2020.

Lucro bruto

O lucro bruto é o resultado da receita líquida menos os custos dos serviços prestados. Em 2020 a administração da Companhia informa que apesar do aumento de 5,9% nos custos dos serviços, decorrente, principalmente, do aumento do custo de depreciação em função da alteração de vida útil dos principais grupos de ativos da MRS e dos custos de matérias e serviços relacionados ao aumento do volume de transporte, a receita líquida teve um aumento superior, conforme mencionado acima, o que fez com que o lucro bruto ficasse R\$264 milhões melhor que em 2019, representando um crescimento de 32,1%.

Despesas Gerais e Administrativas

A diretoria informa que o aumento de R\$24,7 milhões é decorrente, basicamente, das despesas de Organização e Sistemas, uma vez que tivemos que fazer adequações para atender as demandas de *Home Office* para parte do contingente administrativo, buscando assegurar a confiabilidade dos trabalhos e segurança dos colaboradores, tendo em vista a pandemia de Covid-19.

Outras receitas/despesas operacionais

Os valores reportados na rubrica “Outras receitas/despesas operacionais” é o resultado da equação de receitas menos despesas operacionais. Nos anos de 2019 e 2020 o resultado dessa equação foi um saldo credor (receita). A administração da Companhia explica que esta variação de R\$319,7 milhões, representado uma queda de 70,1%, deve-se, principalmente, à redução no valor da receita referente às cláusulas previstas nos contratos de longo prazo da Companhia (*take or pay*) em relação a 2019, e menores provisões jurídicas no âmbito trabalhista.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receitas/Despesas financeiras

A diretoria informa que a redução de 11,1%, ou R\$31,5 milhões no resultado financeiro líquido reflete o cenário desafiador ocorrido em 2020, com a deterioração de alguns indicadores que servem como pilares para a economia. Ocorreram amortizações em moeda internacional e novas captações, também em moeda estrangeira. As grandes captações ocorridas em 2020 tiveram proteção integral (hedge) para as suas variações de seus indicadores, entretanto, possuímos exposição passiva para indicadores sem a proteção (hedge).

Imposto de Renda e Contribuição Social

A diretoria explica que a redução de R\$38,0 milhões no imposto de renda e contribuição social corrente e diferido sobre o lucro de 2020, quando comparado ao ano de 2019, é decorrente do menor lucro apurado em 2020 (queda de 14,7%). Os motivos da queda do LAIR já foram mencionados nos itens anteriores

Lucro líquido do exercício

A diretoria informa que o lucro líquido de 2020 foi de R\$430,3 milhões, uma redução de R\$73,1 milhões em relação ao lucro líquido apurado no ano anterior, representando uma queda de 14,5%.

Importante ressaltar que apesar do aumento de 8,8% no volume transportado de 2020 em comparação a 2019, o resultado da Companhia ainda sofre os impactos negativos do rompimento da barragem de Brumadinho (MG), ocorrido em 2019.

Desta forma, apesar do aumento do volume transportado, do aumento da receita líquida e do lucro bruto, por conta do acidente de Brumadinho, em 2019, registramos um valor significativo de receita de multa contratual (*take or pay*), cerca de R\$632 milhões, o que não ocorreu na mesma proporção em 2020, fazendo com que o lucro líquido apurado em 2019 se apresentasse melhor do que o lucro líquido apurado em 2020.

Análise do Balanço Patrimonial 2021 versus 2020

ATIVO

Caixa e equivalentes de caixa

A diretoria informa que o crescimento de R\$630,1 milhões no caixa e equivalentes de caixa deve-se, basicamente, ao maior volume de captações no segundo semestre de 2021, decorrente principalmente da 10ª emissão de debêntures.

Outras contas a receber

(a) Para explicar a redução em outras contas a receber no curto e longo prazo a administração da Companhia destaca como fator mais relevante o valor a receber de R\$6,2 milhões registrado em 2020 no ativo não circulante referente ao saldo remanescente de concessão e arrendamento correspondente ao registro decorrente de sentença favorável em processo envolvendo o Poder Concedente sobre valores pagos a maior nas atualizações das parcelas trimestrais da concessão e arrendamento do período de outubro de 1997 a abril de 2001.

Em janeiro de 2021, o saldo remanescente foi integralmente compensado na 95ª parcela do arrendamento e concessão

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

após autorização de compensação por parte da Procuradoria da ANTT.

As demais contas que compõem o valor da rubrica de “Outras contas a receber”, não tiveram variações significativas.

Contas a Receber de Clientes

A diretoria destaca que o aumento de R\$3,2 milhões em outras contas a receber no curto e longo prazo refere-se, basicamente, as operações normais na Companhia.

Estoques

A administração da Companhia esclarece que o aumento de R\$70,4 milhões no período é decorrente do forte aumento de preços do mercado de aço, importados e eletrônicos, aliado às estratégias da Companhia ao enfrentamento da pandemia, realizando compras antecipadas para suportar a manutenção e mitigando riscos de falta de materiais.

Tributos a Recuperar

A diretoria explica que o aumento no valor de R\$487,6 milhões considerando curto e longo prazo em tributos a recuperar refere-se, basicamente: (i) ganho de R\$338,0 milhões referente à provisão de Créditos Tributários de PIS e COFINS a compensar, em decorrência da decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de 13 de maio de 2021, em julgamento com repercussão geral, de que o ICMS não compõe a base de cálculo das contribuições para esses tributos e tendo em vista que a ação ajuizada pela MRS para discussão dessa tese tem data anterior a março de 2017, como já mencionado; (ii) ganho de R\$85,1 referente, principalmente, a PIS e COFINS a recuperar, sobre créditos de bens do ativo fixo e (iii) R\$66,2 milhões referentes aos créditos de ICMS, decorrentes das aquisições de bens para o ativo imobilizado e das compras de insumos; e (iv) R\$5,4 dos créditos tributários de INSS a recuperar foram compensados no INSS Sobre Folha de Pagamento de abril de 2021.

Tributos diferidos

O acréscimo de R\$11,4 milhões no total líquido deve-se: (i) provisão para perda de ativos; (ii) instrumentos financeiros - swap e; (iii) a provisão do reconhecimento do passivo fiscal diferido decorrente dos efeitos tributários da receita de crédito tributário PIS e COFINS.

Despesas Antecipadas

A diretoria informa que o aumento no valor de R\$16,5 milhões considerando curto e longo prazo nas despesas antecipadas refere-se à renovação da contratação da apólice de seguros com cobertura a riscos operacionais e responsabilidade civil.

Instrumentos financeiros derivativos

O aumento de R\$2,5 milhões no valor dos instrumentos financeiros derivativos - *Swap* - considerando o ativo circulante e o não circulante, quando comparado com 2020, deve-se, como explicado pela diretoria, pela variação do dólar/euro que estão atrelados a ponta ativa do *swap* e a variação nas taxas de juros.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outros ativos circulantes e não circulantes

A diretoria informa que o aumento de R\$13,9 milhões em outros ativos circulantes e não circulantes, quando comparado com 2020, deve-se, basicamente, ao maior volume de adiantamentos concedidos a fornecedores nacionais e estrangeiros para aquisição de materiais e insumos que não correspondem ao ativo imobilizado.

Imobilizado

A diretoria confirma que o aumento de R\$950,8 milhões no imobilizado em relação a 2020 deve-se às iniciativas de investimentos essenciais à manutenção da produção e sustentabilidade do negócio.

Intangível

A diretoria destaca que o aumento de 57,8%, se comparado com 2020, refere-se à continuação dos projetos tecnológicos iniciados no exercício anterior, com destaque para o projeto para implantação do novo sistema ERP (SAP) e desenvolvimento dos sistemas de TI, com foco nos processos da operação da Companhia

PASSIVO

Fornecedores

Os diretores comentam que o aumento de R\$155,9 milhões em 2021 na conta fornecedores, no passivo circulante e não circulante, quando comparados ao ano de 2020, refere-se a aquisições de ativos, basicamente, vagões GDT, locomotivas e obras de infraestrutura.

Fornecedores	Em Milhões de Reais	
	2021	2020
Valores a pagar a partes relacionadas	109,1	92,4
Em moeda nacional	416,5	268,3
Em moeda estrangeira	1,3	10,3
	<u>526,9</u>	<u>371,0</u>
Circulante	487,5	331,6
Não circulante	39,4	39,4

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, nos períodos abaixo indicados, estavam compostos da seguinte forma:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empréstimos e financiamentos			
	<i>Em Milhões de Reais</i>		
	2021	2020	Var %
Moeda nacional			
FINEM - BNDES	336,3	395,8	-15,0%
FINAME e BNDES automático	3,0	9,0	-66,7%
Banco Safra	50,5	50,2	0,6%
Banco Sumitomo	-	102,5	-100,0%
	<u>389,8</u>	<u>557,5</u>	<u>-30,1%</u>
Custos da transação	(1,1)	(1,5)	-26,7%
	<u>388,70</u>	<u>556,0</u>	-30,1%
Moeda estrangeira			
Banco MUFG	402,4	653,1	-38,4%
Ajuste de hedge de valor justo - Banco MUFG	7,3	2,7	170,4%
	<u>409,7</u>	<u>655,8</u>	<u>-37,5%</u>
Custos da transação	(0,0)	(0,0)	-16,7%
	<u>409,7</u>	<u>655,8</u>	-37,5%
Debêntures			
7ª Emissão	599,1	777,7	-23,0%
8ª Emissão	170,6	337,9	-49,5%
9ª Emissão	723,1	677,1	6,8%
10ª Emissão	1.570,5	-	100,0%
Ajuste de hedge de valor justo - 10ª Emissão	(4,9)	-	100,0%
	<u>3.058,4</u>	<u>1.792,7</u>	<u>70,6%</u>
Custos da transação	(43,3)	(16,4)	164,0%
	<u>3.015,1</u>	<u>1.776,3</u>	69,7%
Notas Promissórias			
Notas Promissórias	508,7	-	100,0%
Custos da transação	(0,8)	-	100,0%
	<u>507,9</u>	<u>-</u>	100,0%
Total de empréstimos e financiamentos + custo da transação			
	<u>4.321,4</u>	<u>2.988,0</u>	44,6%
Circulante			
	770,1	831,6	-7,4%
Não Circulante			
	3.551,3	2.156,4	64,7%

A administração da Companhia esclarece que o aumento de 57,3% na dívida bruta no total do circulante e não circulante se deve ao maior volume de captações, no ano de 2021, deve-se, basicamente, em função de captações de recursos, na ordem de R\$ 2,0 bilhões, por meio: (i) da 10ª emissão de debêntures no volume de R\$ 1,5 bilhão; (ii) da emissão de Notas Promissórias, no montante de R\$ 500 milhões; e (iii) do financiamento com o BNDES de R\$ 61,0 milhões. Em contrapartida, no período foram realizadas amortizações e pré-pagamentos de operações bilaterais que somaram R\$ 781,9 milhões.

Instrumentos financeiros derivativos

A diretoria declara que o crescimento dos valores de instrumentos financeiros derivativos - *Swap* - do passivo circulante, em R\$74,7 milhões quando comparado com 2020, foi ocasionada pela captação e abertura de novas operações, visando a proteção dos riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Concessão a pagar

A diretoria informa que a variação de 22,9% em 2021, no passivo circulante e não circulante, deve-se aos pagamentos trimestrais conforme estabelecido no contrato de concessão. As parcelas são atualizadas pelos juros contratuais e sofrem atualização monetária pelo IGP-DI.

Concessão a pagar

	<i>Em Milhões de Reais</i>	
	2021	2020
Concessão a pagar	8.373	7.443
Circulante	5.614	4.706
Não circulante	2.759	2.737

Adiantamento de clientes

Apesar da pouca representatividade, no Balanço Patrimonial, os adiantamentos de clientes tiveram uma variação percentual significativa no ano de 2021, cerca de 205,3%. A diretoria esclarece que esse aumento foi decorrente de negociação com determinado cliente e que não se refere a cliente de frete ferroviário.

Provisões

A diretoria informa que o aumento de R\$45,9 milhões no saldo de provisões em 2021 comparando-se ao exercício social de 2020, considerando passivo circulante e não circulante, se deve, basicamente, ao incremento de provisões para contingências jurídicas decorrentes de novos processos ou mudanças de prognósticos.

Arrendamento mercantil

A variação de 23,2% no arrendamento mercantil em 2021 comparando-se ao ano de 2020, conforme informado pela diretoria, deve-se: (i)atualização monetária do contrato de arrendamento com o Poder Concedente e; (ii) novos contratos de locação de imóveis.

Outras obrigações

A diretoria destaca que a redução de 62,9% em outras obrigações, considerando passivo circulante e não circulante, é devido, principalmente, ao reconhecimento da receita de indenização dos aditivos contratuais firmados junto a Vale em 2020 e CSN Mineração em 2018, no decorrer no ano de 2021.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A diretoria esclarece que o aumento de 5,1% no capital social em 2021, quando comparado a 2020, deve-se à capitalização, em março de 2021, do valor de R\$104,3 milhões, após decisão do Conselho de Administração. O aumento foi realizado utilizando parte do saldo retido em exercícios anteriores para a execução de orçamento de capital.

Reservas de lucro

A diretoria informa que a redução de R\$1.276,0 milhões nas reservas de lucro do ano de 2021, quando comparadas a 2020, é decorrente: (i) da destinação do lucro do exercício de 2021 no valor de R\$35,0 milhões para constituição da reserva legal, conforme previsto na legislação societária; (ii) da destinação de parte do lucro do exercício de 2021, no valor de R\$498,5 milhões, para cumprimento do orçamento de capital da Companhia; (iii) da proposta de aumento do capital social a ser aprovado pelo Conselho de Administração e deliberado pela Assembleia Geral Ordinária, no valor de R\$1.809,5 milhões, utilizando parte do saldo da reserva de investimento, constituída até 31 de dezembro de 2020.

<i>Em milhões de Reais</i>	
Constituição de novas reservas	
Reserva legal (5% do lucro líquido)	35,0
Reserva para investimentos (75% do lucro líquido após reserva legal)	498,5
Destinação de reserva para aumento de capital	(1.809,5)
Aprovação dividendos adicionais	(166,2)
Varição de reservas de lucro:	(1.442,2)
Saldo - Reservas de lucro em 2021	875,5
Saldo - Reservas de lucro em 2020	2.151,5
Varição %	-59,3%

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ativo circulante ÷ passivo circulante)

O índice de liquidez corrente em 2021 atingiu 1,12, refletindo um crescimento de 0,24% em relação a 2020.

A administração da Companhia informa que esse crescimento no índice apresentado em 31 de dezembro de 2021 refere-se à boa administração da geração de caixa oriunda de suas atividades operacionais. A Companhia terminou o ano de 2021 com R\$1.836,6 milhões em caixa.

Análise do Balanço Patrimonial 2020 versus 2019

ATIVO

Caixa e equivalentes de caixa

A diretoria informa que o crescimento de R\$538,2 milhões no caixa e equivalentes de caixa deve-se, basicamente, ao maior volume de captações nos primeiros seis meses de 2020, cerca de R\$500 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Caixa restrito

A diretoria comunica que encerra o exercício de 2020 sem compromisso com o caixa restrito. Por isso, apresenta uma redução de 100% em comparação ao exercício anterior, que estava composto por aplicações financeiras em CDB, constituídas como forma de garantia ao contrato comercial de compra e venda de energia elétrica.

Contas a receber de clientes

A diretoria explica que a queda de R\$407,6 milhões ocorrida em 2020, em comparação ao exercício de 2019, considerando curto e longo prazo, deve-se, sobretudo, ao recebimento, em 2020, do valor de R\$632 milhões, registrado em 2019 e relativo à receita de mecanismos de proteção (*take or pay*), além do menor volume financeiro registrado em 2020 relacionado ao mesmo tema para recebimento nos anos seguintes.

Clientes a Receber		Em Milhões de Reais	
	2019	2020	
Contas a receber de partes relacionadas	1.035,5	643,2	
Clientes no país	40,5	25,1	
Provisão para perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa	(1,1)	(1,1)	
	<u>1.074,9</u>	<u>667,2</u>	
Circulante	899,7	382,5	
Não circulante	175,2	284,7	

Outras contas a receber

A diretoria destaca que a redução de R\$54,6 milhões em outras contas a receber no curto e longo prazo refere-se, basicamente, aos valores a receber de concessão e arrendamento decorrente de sentença favorável em processo judicial envolvendo o Poder Concedente. Em setembro de 2020, a Companhia foi autorizada a compensar o valor de R\$49,1 milhões na 94ª parcela da concessão e arrendamento a pagar, vencível em 15 de outubro de 2020.

Estoques

A administração da Companhia esclarece que, como estratégia ao enfrentamento da pandemia relativa ao Covid-19, realizou compras antecipadas de materiais, ação fundamental para suportar a manutenção e mitigando riscos de falta de materiais, que foram essenciais para desestocagem acelerada de ativos com a retomada do volume. Essa ação representa um dos principais motivos para o aumento de 10,8% no estoque da Companhia.

Tributos Diferidos (Ativo e Passivo)

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos no Balanço Patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes.

O saldo até 2019 estava apresentado no passivo não circulante e, em 2020, passou a ser apresentado no ativo não circulante. A diretoria informa que no exercício de 2020 foi apurado um diferido ativo maior que o diferido passivo diferentemente do que foi apurado no exercício anterior. Basicamente, o resultado dessa inversão se justifica (i) pela redução do passivo diferido decorrente da mudança de vida útil dos principais grupos de ativos da Companhia, provocando

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

uma alteração nos custos de depreciação fiscal e societária e (ii) pelo aumento do ativo diferido referente às contas de provisão.

Despesas Antecipadas

A diretoria explica que a redução no valor de R\$4,8 milhões considerando curto e longo prazo nas despesas antecipadas refere-se ao processo normal da Companhia de renovação das apólices de seguros que são pagas integralmente quando do início de sua vigência e amortizadas pelo período de cobertura.

Instrumentos financeiros derivativos

O aumento de R\$47,3 milhões no valor dos instrumentos financeiros derivativos - *Swap* - considerando o ativo circulante e o não circulante, quando comparado com 2019, deve-se, como explicado pela diretoria, pela variação do dólar/euro que estão atrelados a ponta ativa do *swap* e a variação nas taxas de juros.

Outros ativos circulantes e não circulantes

A diretoria informa que o aumento de R\$5,0 milhões em outros ativos circulantes e não circulantes, quando comparado com 2019, deve-se, basicamente, ao maior volume de adiantamentos concedidos a fornecedores nacionais e estrangeiros para aquisição de materiais e insumos que não correspondem ao ativo imobilizado.

Intangível

A diretoria destaca que o aumento de 39,1%, se comparado com 2019, refere-se aos projetos tecnológicos iniciados em 2020 com destaque para o início do projeto para implantação do novo sistema ERP (SAP) e desenvolvimento dos sistemas de TI, com foco nos processos da operação da Companhia.

PASSIVO

Fornecedores

Os diretores comentam que o aumento de R\$136,7 milhões em 2020 na conta fornecedores, no passivo circulante e não circulante, refere-se: (i) à aquisição de 5 locomotivas sendo 4 do modelo SD70 e 1 do modelo SD 80; (ii) à aquisições de *notebook's*, *desktop's* e acessórios para atender a demanda de investimentos e (iii) à compra de 4 mil toneladas trilhos TR-57.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Fornecedores	Em Milhões de Reais	
	2019	2020
Valores a pagar a partes relacionadas	49,8	92,4
Em moeda nacional	184,3	268,3
Em moeda estrangeira	0,2	10,4
	234,3	371,0
Circulante	197,3	331,6
Não circulante	37,0	39,4

Outras obrigações fiscais

Segundo a diretoria, a redução de 52,6% nas obrigações fiscais, concentrada em PIS e COFINS, deve-se ao registro contábil desses tributos, em 2019, que são decorrentes do maior volume de receita reconhecida nesse mesmo ano referente aos mecanismos de proteção (*take or pay*) os quais foram pagos em 2020, conforme mencionado em outras receitas/despesas operacionais.

	Em Milhões de Reais		
	2019	2020	Var %
ICMS	13,1	21,1	61,1%
COFINS	68,6	13,6	-80,2%
PIS	13,9	3,2	-77,0%
Outros	10,8	12,5	15,7%
	106,4	50,4	-52,6%

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, nos períodos abaixo indicados, estavam compostos da seguinte forma:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

		<i>Em Milhões de Reais</i>		
		2019	2020	Var %
<u>Moeda Nacional</u>				
BNDIS:		669,9	404,8	-39,6%
	FINEM	551,4	395,8	-28,2%
	DULC	101,3	-	-100,0%
	FINAME	17,2	9,0	-48,0%
Banco Safra		-	50,2	100,0%
Banco Sumitomo		-	102,5	100,0%
		<u>669,9</u>	<u>557,5</u>	-16,8%
Custos da Transação		<u>(2,0)</u>	<u>(1,5)</u>	-25,3%
		<u>667,9</u>	<u>556,0</u>	-16,8%
<u>Moeda Estrangeira</u>				
Banco MUFG		607,0	653,1	7,6%
Ajuste de hedge de valor justo - Banco MUFG		10,1	2,7	-73,3%
		<u>617,1</u>	<u>655,8</u>	6,3%
Custos da Transação		<u>(0,0)</u>	<u>(0,0)</u>	-86,2%
		<u>617,1</u>	<u>655,8</u>	6,3%
<u>Debêntures</u>				
7ª Emissão		744,4	777,7	4,5%
8ª Emissão		397,6	337,9	-15,0%
9ª Emissão		661,9	677,1	2,3%
		<u>1.803,9</u>	<u>1.792,7</u>	-0,6%
Custos da Transação		<u>(23,4)</u>	<u>(16,5)</u>	-29,8%
		<u>1.780,5</u>	<u>1.776,3</u>	-0,2%
Total de Empréstimos e Financiamentos +				
Custo da Transação		<u>3.065,4</u>	<u>2.988,0</u>	-2,5%
Circulante		714,5	831,6	16,4%
Não Circulante		2.351,0	2.156,4	-8,3%

A administração da Companhia esclarece que a retração de 2,5% na dívida bruta se deve ao menor volume de captações no ano de 2020. Em contrapartida, no período, houve a liquidação de operações junto ao Banco MUFG, que somaram R\$335,5 milhões.

Em 2020, a Companhia realizou captações de recursos, no valor total de R\$500 milhões, por meio: (i) da emissão da Cédula de Crédito Bancário (CCB) no montante de R\$150 milhões, e (ii) da operação 4131 no volume de R\$350 milhões. Tais recursos foram captados para reforço do caixa da Companhia e para o alongamento do perfil da dívida.

Instrumentos financeiros derivativos

A diretoria declara que a redução dos valores de instrumentos financeiros derivativos - *Swap* - do passivo circulante e não circulante, em 13,8% quando comparado com 2019, foi ocasionada pela liquidação e abertura de novas operações, visando a proteção dos riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Concessão a pagar

A diretoria informa que a variação de 23,7% em 2020, no passivo circulante, deve-se aos pagamentos trimestrais conforme estabelecido no contrato de concessão. As parcelas são atualizadas pelos juros contratuais e sofrem atualização monetária pelo IGP-DI.

Em Milhões de Reais

Concessão e arrendamento a pagar

	2019	2020
Concessão a pagar	6.474	7.443
	6.474	7.443
Circulante	3.812	4.706
Não Circulante	2.662	2.737

Adiantamento de clientes

Apesar da pouca representatividade, no Balanço Patrimonial, os adiantamentos de clientes tiveram uma variação percentual significativa no ano de 2020. A diretoria esclarece que esse aumento foi decorrente da necessidade de negociação com alguns clientes.

Provisões

A diretoria informa que o aumento de R\$95,1 milhões no saldo de provisões em 2020 comparando-se ao exercício social de 2019, considerando passivo circulante e não circulante, se deve, basicamente, pela mudança no critério no provisionamento das contingências trabalhistas e cíveis, visando maior governança e melhor aderência ao que vem sendo decidido nos tribunais.

Outras obrigações

A diretoria destaca que o aumento de 109,3% em outras obrigações, considerando passivo circulante e não circulante, é consequência do reconhecimento da obrigação contratual decorrente da assinatura do quarto termo aditivo ao contrato de prestação de serviço de transporte ferroviário entre MRS e VALE, firmado em dezembro de 2020, através do qual a VALE assumiu a obrigação de pagar à MRS indenização no valor de R\$353,5 milhões por conta da revisão dos volumes mínimos transportados previstos no contrato original.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

A diretoria esclarece que o aumento de 6,8% no capital social em 2020, quando comparado a 2019, deve-se à capitalização,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

em março de 2020, do valor de R\$130,0 milhões, após decisão do Conselho de Administração. O aumento foi realizado utilizando parte do saldo retido em exercícios anteriores para a execução de orçamento de capital.

Reservas de lucro

A diretoria informa que o incremento de R\$104,3 milhões nas reservas de lucro do ano de 2020, quando comparadas a 2019, é decorrente: (i) da destinação do lucro do exercício de 2020 no valor de R\$21,5 milhões para constituição da reserva legal, conforme previsto na legislação societária; (ii) retenção de parte do lucro do exercício de 2020, no valor de R\$306,6 milhões, para cumprimento do orçamento de capital da Companhia; (iii) da distribuição de dividendos adicionais utilizando parte do valor retido em exercícios anteriores para a execução de orçamento de capital no valor de R\$119,5 milhões; e (iv) da proposta de aumento do capital social a ser aprovado pelo Conselho de Administração, no valor de R\$104,3 milhões, utilizando parte do saldo retido em exercícios anteriores para a execução de orçamento de capital.

<i>Em milhões de Reais</i>	
Constituição de novas reservas	
Reserva legal (5% do lucro líquido)	21,5
Reserva para investimentos (75% do lucro líquido após reserva legal)	306,6
Destinação de reserva para aumento de capital	(104,3)
Aprovação dividendos adicionais	(102,4)
 Variação de reservas de lucro:	 104,3
Saldo - Reservas de lucro em 2020	2.151,5
Saldo - Reservas de lucro em 2019	2.047,3
Variação %	5,1%

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ativo circulante ÷ passivo circulante)

O índice de liquidez corrente em 2020 atingiu 0,88, refletindo uma queda de 0,45% em relação a 2019.

A administração da Companhia informa que a redução no índice apresentado em 31 de dezembro de 2020 refere-se a vencimentos de dívidas estruturadas, sendo a maior parte dos vencimentos concentrados no segundo semestre de 2020. Como medida de reposição de capital de giro, a Companhia realizou captações de aproximadamente R\$500 milhões durante o ano. A Companhia terminou o ano de 2020 com R\$1.206,5 milhões em caixa.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10. Comentários dos Diretores

10.2. Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os diretores informam que a receita da Companhia advém, prioritariamente, em todos os exercícios sociais apresentados, da prestação do serviço de transporte ferroviário de carga que é composto basicamente por: (i) frete; (ii) partilha de frete; e (iii) receitas acessórias vinculadas ao frete tais como manobra, descarga, transbordo, entre outras.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Segundo os diretores, o resultado da Companhia foi impactado por alguns eventos não recorrentes ocorridos nos 3 últimos exercícios sociais, os quais são descritos a seguir:

Receita Líquida:

Em 2021, a receita líquida da Companhia teve um crescimento de 14,1%. Esse aumento é explicado pelo restabelecimento do volume transportado, basicamente, no segmento de minério de ferro, principal receita da Companhia, em comparação ao exercício de 2020, que já havia demonstrado uma pequena melhora, após ter sido impactado pelo reflexo do rompimento da barragem pertencente a Vale S.A na Mina Feijão, em Brumadinho, Minas Gerais, ocorrido em 25 de janeiro de 2019, o que acarretou um menor volume de toneladas transportadas durante tal exercício.

Nota Promissória

Em outubro de 2021 a Companhia realizou sua 1ª emissão de Notas Promissórias Comerciais, nos termos da Instrução CVM nº 566 e segundo os procedimentos previstos na Instrução CVM nº 476 no valor de R\$500,0 milhões, com prazo para amortização de 5 anos e vencimento único em 22 de outubro de 2026, a uma taxa de CDI + 1,30% a.a.

Os recursos obtidos serão utilizados para reforço do capital de giro e alongamento do perfil da dívida e não contarão com qualquer espécie de garantia.

10ª Emissão de Debêntures

Entre agosto e setembro de 2021, a Companhia realizou sua 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, via Instrução CVM 476.

Foram emitidas 150.000 debêntures, em três séries, quais sejam 1ª, 2ª e 3ª, totalizando uma captação no montante de R\$1.500,0 milhões, sendo R\$700,0 milhões alocados na 1ª série, R\$300,0 milhões alocados na 2ª série e R\$500,0 milhões na 3ª série.

A 1ª série desta emissão foi colocada a mercado, com juros de 100,00% do CDI+1,30% ao ano, definido após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 5 anos e amortização no 5º ano.

A 2ª série desta emissão foi colocada a mercado, com juros de 4,97% ao ano e correção monetária pelo IPCA, definido após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 10 anos e amortização no 8º, 9º e 10º ano.

A 3ª série desta emissão foi colocada a mercado, com juros de 5,06% ao ano e correção monetária pelo IPCA, definido após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 15 anos e amortização no 13º, 14º e 15º ano.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com esta emissão foram utilizados para projetos de investimentos, reforço do seu capital de giro e alongamento do perfil da sua dívida.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

9ª Emissão de Debêntures:

Em 15 de abril de 2019, a Companhia realizou sua 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, via Instrução CVM 476. Foram emitidas 65 mil debêntures, em duas séries, quais sejam 1ª e 2ª, totalizando uma captação no montante de R\$650,0 milhões, sendo R\$367,1 milhões alocados na 1ª série e R\$282,8 milhões na 2ª série.

A 1ª série desta emissão foi colocada a mercado, com juros de IPCA+4,095% a.a., definidos após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 5 anos e amortização no último ano.

A 2ª série desta emissão foi colocada a mercado, com juros de 106,4% do CDI a.a., definidos após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 5 anos e amortização no 4º e 5º anos.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com essa emissão foram utilizados para projetos de investimentos, reforço do seu capital de giro e alongamento do perfil da sua dívida.

Provisões Jurídicas:

Em 2020, após análises realizadas pela área Jurídica, a administração da Companhia decidiu atualizar o critério de provisionamento das contingências trabalhistas e cíveis, visando maior governança e melhor aderência ao que vem sendo decidido, recentemente, nos tribunais. Esta atualização de estimativa resultou, nas demonstrações contábeis em 2020, em um aumento de R\$50,9 milhões nas provisões, sendo R\$23,4 milhões nas provisões trabalhistas e R\$27,5 nas provisões cíveis. O aumento total na conta de provisões foi de R\$70,7 milhões.

Em 2019 tivemos um acréscimo de R\$176,8 milhões nas provisões jurídicas em relação ao exercício de 2018. Esse valor está diretamente relacionado ao aumento de provisões previdenciárias e trabalhistas, no valor de R\$163,9 milhões que se deve, principalmente, às mudanças de prognóstico, aos resultados dos cálculos decorrentes de decisões condenatórias ou modificativas proferidas durante o período e ao aumento da quantidade de reclamações trabalhistas provisionadas.

Exercício de Cláusula de Garantia de Receitas e Volumes Anuais:

Em janeiro de 2021 houve o recebimento do valor da primeira parcela de R\$239,1 milhões por conta do quarto termo aditivo ao contrato de prestação de serviço de transporte ferroviário entre MRS e VALE, firmado em dezembro de 2020, através do qual a VALE assumiu a obrigação de pagar à MRS indenização no valor de R\$353,5 milhões por conta da revisão dos volumes mínimos transportados previstos no contrato original.

No decorrer de 2021, houve o recebimento de R\$82,7 milhões referente ao contas a receber do mecanismo de proteção de receita registrado no ano de 2020.

Ainda em 2021 foram reconhecidas receita referente a mecanismo de proteção de receita no valor de R\$228,6 milhões, previstos em contratos com partes relacionadas.

A variação positiva ocorrida no saldo da receita líquida de 2020, no valor de R\$404,2 milhões, deve-se à recuperação de parte dos volumes transportados, que haviam sofrido uma queda em 2019, após o rompimento da barragem de Brumadinho.

Também ocorreu, em fevereiro de 2020, o recebimento do valor de R\$632,3 milhões referente ao contas a receber do mecanismo de proteção de receita registrado no ano de 2019, conforme 3º Termo Aditivo assinado em conformidade com as disposições da Comissão de Valores Mobiliários.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

No ano de 2019 houve uma queda na receita líquida de serviços no valor de R\$525,7 milhões, que se deve à redução no volume de transporte de minério causado pelo rompimento de barragem de Brumadinho, ocorrido em 25 de janeiro de 2019. Em contrapartida, após assinatura do 3º termo aditivo contratual, houve o reconhecimento da receita referente ao mecanismo de proteção (*take or pay*) no valor de R\$632,3 milhões, de um dos principais clientes da Companhia, sendo também sua parte relacionada. Em 2020, conforme mencionado acima, o referido valor foi recebido integralmente.

Ainda em 2019 foram reconhecidas receita referente a mecanismo de proteção, no valor de R\$21,6 milhões, em contratos com outras partes relacionadas.

As receitas decorrentes dos mecanismos de proteção de receita são registradas contabilmente em “Outras receitas operacionais”.

Recuperação de Custo da Concessão e Arrendamento:

Em 2020 a Companhia havia registrado um contas a receber no valor de R\$6.188 referente a saldo remanescente de concessão e arrendamento contabilizados no ativo não circulante e que correspondia ao registro decorrente de sentença favorável em processo envolvendo o Poder Concedente sobre valores pagos a maior nas atualizações das parcelas trimestrais da concessão e arrendamento do período de outubro de 1997 a abril de 2001.

Em 15 de janeiro de 2021, após autorização de compensação por parte da Procuradoria da ANTT, o saldo remanescente foi integralmente compensado na 95ª parcela do arrendamento e concessão.

Abaixo destacamos os principais andamentos deste processo:

No primeiro trimestre de 2020, foram apresentados e juntados aos autos os cálculos elaborados pela Contadoria Judicial da Justiça Federal e pela MRS, esta última indicou pontos de divergência em relação aos cálculos da Contadoria. Em 24 de março de 2020, foi proferido despacho rejeitando a pretensão da União e determinando o retorno dos autos ao setor de cálculos para esclarecimento das divergências apontadas pela MRS. Após a devolução do cálculo pela contadoria, a União apresentou alguns pontos de discordância e o processo retornou novamente para análise para posicionamento da contadoria. A contadoria elaborou novos cálculos apontando como devido, em novembro de 2018, o valor de R\$49.132. Em 5 de agosto de 2020, a União apresentou petição instruída com parecer da área técnica da AGU anuindo com o valor calculado pela contadoria. Em virtude disso, a MRS apresentou manifestação requerendo a compensação do valor incontroverso acima referenciado com a parcela do contrato de arrendamento a vencer em 15 de outubro de 2020, registrando, outrossim, a existência de saldo remanescente, pendente de compensação, oriundo da atualização do total devido desde a data dos cálculos, ou seja desde novembro de 2018. Na mesma oportunidade, a MRS apresentou planilha de cálculos demonstrando que o valor total, atualizado até 9 de setembro de 2020, a ser compensado seria de R\$54.307. Em 21 de setembro de 2020, foi proferida decisão homologando o valor incontroverso de R\$49.132 e abrindo prazo à União para se manifestar quanto ao valor remanescente apontado pela MRS, resultante da correção monetária do saldo incontroverso até setembro/2020. Em 9 de outubro de 2020, a Procuradoria da ANTT autorizou a compensação do valor incontroverso na próxima parcela do contrato de arrendamento. Em 15 de outubro de 2020, o valor foi efetivamente compensado na referida parcela do arrendamento. Após autorização de compensação por parte da Procuradoria da ANTT, em 15 de janeiro de 2021, o saldo remanescente de R\$6.188 em 31 de dezembro de 2020 foi integralmente compensado na 95ª parcela do arrendamento e concessão.

Em 2019, houve nova interposição de recursos e pedido de vistas que onde a discussão permeava sobre o índice de correção monetária. O trâmite do processo se seguiu até 31 de outubro de 2019, quando foram juntadas petições pela União, tanto em 1ª como em 2ª instâncias, informando a desistência do recurso interposto, tendo em vista o entendimento do STF acerca do não cabimento da modulação dos efeitos da decisão em sede do Recurso Extraordinário nº 870.947/SE. Em novembro 2019 os autos foram remetidos ao contador judicial.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Nesse novo contexto, a Companhia entende que deverá ser mantido o critério de correção monetária dos débitos da Fazenda Pública pela Tabela da Justiça Federal (UFIR e IPCA_E) e a divergência nesse particular, nos autos da ação em referência, entre a União e a MRS, deverá restar superada, prevalecendo os parâmetros adotados pela MRS.

Em 6 de dezembro de 2018, o julgamento dos recursos foi interrompido por pedido de vista.

Em 2017, houve nova interposição de recurso pela União, onde foi concedido efeito suspensivo para perícia até o julgamento final do mencionado recurso pelo TRF/2. Um dos principais pontos de divergência desse processo é o índice de correção monetária das condenações impostas à Fazenda Pública.

Com relação ao processo de recuperação de custo da concessão e arrendamento que se encontra em fase de liquidação da condenação da União, em janeiro de 2016, a União foi intimada da decisão que negou provimento ao seu recurso de embargos de declaração contra a decisão que determinou a realização da perícia. A União interpôs recurso, que determinou a realização da perícia para apuração da existência de valor remanescente a ser compensado pela Companhia. Segundo os diretores, este recurso não resultou em nenhum efeito no resultado operacional da Companhia.

Reconhecimento de créditos tributários de Provisão PIS / COFINS:

Em decorrência da decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de 13 de maio de 2021, em julgamento com repercussão geral, de que o ICMS não compõe a base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS e tendo em vista que a ação ajuizada pela MRS para discussão dessa tese tem data anterior a março de 2017, a Companhia calculou, com base em sua melhor estimativa, o ganho de R\$337.972, o qual foi devidamente provisionado em outras receitas operacionais e financeira no 2º semestre de 2021

Provisão / Reversão de Provisão para perda de ativos:

Em 2021, foi constituída a provisão no valor de R\$51, 6 milhões referentes provisão para redução ao valor recuperável de determinados trechos da via permanente que serão submetidos a grandes intervenções, com a substituição completa de alguns componentes. O valor provisionado corresponde ao valor residual desses componentes projetado para a data de finalização do projeto de renovação dos trechos da via permanente.

No exercício social de 2020, foi feita a reversão integral da provisão para perda de créditos de ICMS no valor de R\$ 17,1 milhões, constituída em anos anteriores. A reversão se deu após verificação da capacidade de utilização dos referidos créditos pela Companhia dentro do prazo previsto pela legislação.

No exercício de 2019 houve baixa de provisão de R\$1,2 milhão por realização do corte de vagões e constituição de nova provisão para os cortes a serem realizados em 2020, no montante de R\$11,6 milhões. Foi revertida parte da provisão para perda de crédito de ICMS, no valor de R\$9,0 milhões para adequação ao consumo (aproveitamento) dos mesmos, realizado nesse ano.

Imobilizado em curso:

A baixa do imobilizado em andamento em contrapartida ao resultado de 2021 no valor de R\$9,9 milhões, refere-se, basicamente, a projetos de investimento de obras que, devido à decisão estratégica da Companhia, não serão realizados.

Em 2020, a Companhia registrou uma baixa no valor de R\$16,4 milhões. Essa reversão na conta do imobilizado em andamento refere-se basicamente a projetos de investimento de obras de expansão que, devido a uma decisão estratégica da Companhia, não serão realizados.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

No ano de 2019, registramos a baixa no valor de R\$14,0 milhões, referente a projetos de investimentos em obras de pontes e viadutos que devido à decisão estratégica da Companhia não serão realizados. Os valores estavam registrados contabilmente como obras em andamento, no ativo imobilizado.

CPC 06 (R2)/ IFRS 16 - Arrendamentos:

A Companhia adotou o CPC 06 (R2)/ IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019.

A adoção da norma trouxe alterações na contabilização dos contratos de arrendamento operacional, exigindo o reconhecimento dos compromissos futuros em contrapartida aos ativos referentes a seu direito de uso. Os gastos com aluguéis e custo do arrendamento com o Poder Concedente vinculado ao contrato de concessão, que até dezembro de 2018 eram registrados em despesa ou custo com aluguéis/arrendamento, passaram a ser reconhecidos no resultado nas linhas de depreciação e despesas financeiras.

Houve modificação também no reconhecimento da receita de aluguel referente aos contratos de locação de áreas e imóveis comerciais pertencentes ao Poder Concedente, que foram classificados como subarrendamento. Em 1º de janeiro de 2019, foi reconhecido um contas a receber referente as parcelas devidas, deixando-se de contabilizar a receita de aluguel no resultado e passando a registrar receita financeira de juros sobre o contas a receber.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os diretores informam que, no exercício social encerrado em 2021, não houve variação extraordinária na receita bruta.

Em 2020, a Companhia não foi impactada por variações extraordinárias em suas receitas de serviço de transporte

Já em 2019, a receita da Companhia foi impactada negativamente pelos desdobramentos do rompimento da barragem em Brumadinho (MG).

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Os diretores confirmam que, nos exercícios sociais encerrados em dezembro de 2019, 2020 e 2021, a Companhia não sofreu impactos extraordinários causados pelos itens mencionados acima.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10. Comentários dos Diretores**

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Os diretores informam que nos exercícios sociais encerrados em dezembro de 2019, 2020 e 2021 não houve introdução ou alienação de segmento operacional na Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Desde sua constituição, em 30 de agosto de 1996, a Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou participação societária.

c. eventos ou operações não usuais

Informamos que nos três últimos exercícios sociais não ocorreram eventos ou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10. Comentários dos Diretores

10.4. Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram as primeiras preparadas de acordo com todas as normas emitidas pelo CPC, sendo que os ajustes retroagiram ao saldo de abertura de 1º de janeiro de 2009, data da transição para os CPC's.

Cabe esclarecer que as mudanças significativas introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e pelos diversos novos pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") foram adotados para todos os períodos apresentados, de acordo com a data de adoção estabelecida por cada pronunciamento.

A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, pois as interpretações e alterações que passaram a vigorar em 2021 não geraram impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia.

Com relação aos exercícios sociais de 2019 e 2020, a Companhia aplicou em 1º de janeiro de 2018 o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros e CPC 47 /IFRS 15 - Receita de contrato com clientes.

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto mais à receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços.

O CPC 48/ IFRS 9 substitui o IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9/CPC 48 trouxe foram: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2)/ IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamentos existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamento no balanço patrimonial para arrendatários a partir de 1º de janeiro de 2019. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo ou itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma anterior, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros e operacionais.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2)/ IFRS 16, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 e ainda vigentes após essa data.

A Companhia aplicou isenção de reconhecimento para os arrendamentos de curto prazo e para os quais os ativos subjacentes são de baixo valor. Esses arrendamentos continuam sendo reconhecidos como custo ou despesa na demonstração do resultado.

A Companhia detém compromissos significativos decorrentes de contratos de arrendamento classificados anteriormente como operacional, principalmente, o contrato de arrendamento junto ao Poder Concedente vinculado à Concessão. Os contratos vigentes foram analisados com base nos requisitos da norma para identificação se o contrato é ou contém

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

arrendamento, seu reconhecimento inicial e mensuração.

Os arrendamentos classificados como arrendamento financeiro utilizando-se das prerrogativas do CPC 06/IAS17, tiveram o valor contábil do ativo e passivo de arrendamento imediatamente antes da aplicação inicial reclassificados para as rubricas “Direito de uso” e “Arrendamento mercantil”.

A Companhia possui recebíveis com terceiros referentes a contratos de aluguel de áreas e imóveis comerciais pertencentes ao Poder Concedente e arrendados à MRS através de contrato de arrendamento. Esses contratos foram enquadrados como subarrendamento e reconhecidos como contas a receber utilizando-se a mesma taxa de desconto considerada para o contrato do arrendamento principal.

Na adoção inicial, o passivo de arrendamento foi mensurado a valor presente dos pagamentos remanescentes, descontado pela taxa incremental e ajustado pelo saldo já reconhecido no balanço imediatamente antes da data da adoção inicial. O ativo de direito de uso, para os arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional, foi reconhecido pelo valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor dos pagamentos antecipados e do investimento líquido referente aos subarrendamentos.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Conforme mencionado no item a, em 2021 não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia e, desta forma, não temos efeitos a serem reportados.

Em 2020, conforme informado pelos diretores, as demonstrações contábeis anuais seguiram com a aplicação do CPC 06 (R2)/IFRS 16. Essa introdução se iniciou no exercício de 2019.

A diretoria comenta que as demonstrações contábeis anuais de 2019 foram as primeiras a serem apresentadas após a aplicação do CPC 06 (R2)/IFRS 16. A norma contábil trouxe um modelo único de contabilização de arrendamento no balanço patrimonial de arrendatários. Como arrendatário, a Companhia reconheceu ativos de direito de uso que correspondem seu direito de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam a obrigação de efetuar os pagamentos de arrendamento. No resultado, a Companhia deixa de registrar despesas de arrendamento pelas parcelas pagas/incorridas e passa a reconhecer despesa de depreciação do ativo de direito de uso e encargos financeiros de juros sobre os passivos de arrendamento. Como arrendador dos contratos com terceiros de aluguel de área e imóveis comerciais pertencentes ao Poder Concedente, enquadrados como subarrendamento, a Companhia reconheceu um contas a receber e em contrapartida deixa de contabilizar receita de aluguel no resultado e passa a registrar receita financeira de juros sobre o contas a receber.

c. ressalvas e ênfases presentes no Relatório do Auditor Independente

2021: As demonstrações contábeis da MRS Logística S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram examinadas pela KPMG Auditores Independentes que, sobre elas, emitiram parecer datado de 23 de março de 2022, sem ressalvas e sem ênfases.

2020: As demonstrações contábeis da MRS Logística S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram examinadas pela KPMG Auditores Independentes que, sobre elas, emitiram parecer datado de 24 de março de 2021, sem ressalvas e sem ênfases.

2019: As demonstrações contábeis da MRS Logística S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram examinadas pela KPMG Auditores Independentes que, sobre elas, emitiram parecer datado de 25 de março de 2020, sem ressalvas e sem ênfases.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A diretoria entende que não existem aspectos relevantes que mereçam comentários adicionais.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10. Comentários dos Diretores

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Os diretores destacam que a preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam o reconhecimento dos valores registrados a título de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas continuamente pela Companhia, os diretores informam que os resultados reais podem ser distintos dos estimados podendo, eventualmente, requerer ajustes significativos aos valores contábeis dos ativos ou passivos afetados em períodos futuros.

Práticas contábeis críticas são aquelas que: (a) são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia; e (b) requerem julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração.

Segundo os diretores, a Administração da Companhia, em consonância com seu estatuto social e objetivando refletir adequadamente sua situação patrimonial, econômica e financeira, adota determinadas premissas baseando-se nos julgamentos e opiniões de consultores externos e internos, contratados para emitir pareceres jurídicos, laudos atuariais, laudos de vida útil de ativos e realizar revisões tributárias a fim de mitigar possíveis riscos. Além disso, os diretores destacam que a Companhia consulta mercados ativos para avaliação de seus instrumentos financeiros a fim de acompanhar mudanças nas circunstâncias econômicas que possam gerar impactos no seu balanço patrimonial.

De modo a proporcionar um entendimento a respeito do método pelo qual a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, os diretores da Companhia comentam cada prática contábil crítica a seguir:

a. Reconhecimento da receita

Os diretores reportam que a Companhia reconhece a receita com prestação de serviços de transporte de carga quando as cargas transportadas são entregues aos clientes no ponto de destino do transporte, conforme contrato de prestação de serviços. O valor justo da receita de serviços é calculado de forma confiável com base nas tarifas previamente acordadas entre as partes.

Os diretores informam que as receitas financeiras abrangem as receitas de juros, variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos financeiros e ganhos líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal.

b. Tributos correntes

A Companhia, segundo os diretores, apura os tributos correntes pertinentes à sua atividade operacional considerando as determinações previstas em lei. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

c. Tributos diferidos

A Companhia, de acordo com os diretores, possui apenas os impostos diferidos ativos e passivos aplicáveis ao lucro tributável, usando as alíquotas fiscais nos anos em que as diferenças temporárias deverão ser realizadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

d. Provisões

Os diretores comunicam que a Companhia reconhece uma provisão quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

- Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Ambientais

A Companhia reconhece provisão de todas as contingências que se enquadram nos subitens (i), (ii) e (iii) mencionados acima, referentes aos processos judiciais cujo prognóstico de perda foi considerado provável pelos consultores jurídicos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Essas provisões são revisadas periodicamente e caso seja identificado alguma alteração processual modificativa que cause alteração significativa, as mesmas são ajustadas.

- Provisões Atuariais - Benefícios pós-emprego

A Companhia concede benefícios pós-emprego a funcionários. Os custos do plano de benefícios pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial, os quais envolvem o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperados, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. Todas as premissas são revisadas a cada data-base e podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no Patrimônio Líquido como Ajuste de Avaliação Patrimonial e na Demonstração do Resultado Abrangente, conforme determina o CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

e. Instrumentos financeiros - derivativos

Os diretores esclarecem que os derivativos são mensurados pelo valor justo no momento inicial e nas mensurações subsequentes. Após o reconhecimento inicial suas variações são registradas no resultado.

Os derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A partir de 1º de abril de 2016, a Companhia optou por aplicar a metodologia de contabilidade de cobertura (hedge accounting) para alguns dos seus contratos de swap que protege uma dívida em dólar com juros fixos, de acordo com estratégia de Gestão de Riscos e de contratação de Hedges.

A Companhia avalia e documenta se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de hedge mensalmente.

A partir da designação do swap para hedge de Valor Justo, a variação do valor justo do hedge permanece sendo registrada no resultado financeiro, porém no mesmo momento é verificada a variação do valor justo do risco atribuível do objeto de hedge designado que é registrado no passivo como contrapartida no resultado financeiro.

f. Moeda estrangeira

A Companhia realiza, de acordo com seus diretores, transações em moeda estrangeira que são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço.

g. Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, a diretoria informa que passou a reconhecer as provisões para perda esperadas de crédito sobre os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A avaliação das perdas de crédito esperadas é feita para todos os recebíveis comerciais, conforme metodologia estabelecida, mesmo que não haja evidências objetivas de não recebimento.

A Companhia utiliza-se da abordagem simplificada para os recebíveis comerciais, expediente prático da matriz de provisão, para mensurar as perdas de crédito esperadas.

Caso em período posterior, o valor da perda por impairment diminua e a redução possa ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda do valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado.

h. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os diretores destacam que a Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e caso o valor contábil líquido exceda o valor em uso, é constituída provisão para desvalorização do ativo.

i. Revisão da vida útil de ativos

Os diretores informam que a vida útil econômica estimada para reconhecimento da depreciação é revisada anualmente e, segundo os diretores, está baseada em laudos técnicos e indicadores elaborados e acompanhados pelos engenheiros da Companhia e por consultores externos.

Conforme laudo técnico emitido por consultoria especializada e protocolado junto à ANTT, que publicou no Diário Oficial da União de 17 de dezembro de 2019, autorizando a praticar as taxas revisadas, a partir de janeiro de 2020 a vida útil de alguns ativos e componentes foi alterada e os efeitos contábeis dessa mudança estão sendo refletidos de forma prospectiva nas demonstrações contábeis da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10. Comentários dos Diretores**

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iv. contratos de construção não terminada
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os diretores informam que não há itens relevantes, sejam ativos ou passivos, detidos pela Companhia, que não estejam evidenciados nas demonstrações contábeis.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os diretores informam que não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10. Comentários dos Diretores**

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b. natureza e o propósito da operação**
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Os diretores confirmam que não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10. Comentários dos Diretores

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

De acordo com os diretores, o Plano de Negócios da Companhia é atualizado anualmente e neste momento são avaliados os cenários macroeconômicos e políticos que afetam o negócio da Companhia e são definidas as principais premissas que nortearão a definição das estratégias para as projeções de demanda, custos, resultados e investimentos.

Este Plano de Negócios contém: (i) uma projeção de longo prazo para um período de cinco anos; e (ii) um plano plurianual de investimentos, sendo o primeiro ano detalhado no orçamento anual.

Os diretores informam, ainda, que os principais indicadores da Companhia são monitorados na gestão estratégica dos administradores, bem como desdobrados em metas individuais para os gestores da Companhia.

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Segundo a diretoria, foi investido pela MRS, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, R\$1.761,8 milhões, destacando-se a continuidade da estratégia utilizada nos últimos anos, com foco na manutenção do negócio, expansão de capacidade de transporte de carga geral, investimentos ligados à sustentabilidade e a eficiência da Companhia, além do avanço na maturidade das iniciativas necessárias para a renovação da concessão. Na tabela a seguir estão demonstrados os investimentos realizados nos últimos três exercícios sociais:

Investimentos (valores em R\$ MM)	2019	2020	2021	2022
Material rodante ¹	301,6	253,5	1.074,6	1.397,4
Via permanente ²	391,9	433,0	564,4	712,2
Sistemas de eletroeletrônica	16,1	15,8	24,2	17,4
Programas SMS	6,4	16,1	25,9	48,0
Diversos	31,5	66,7	72,7	128,6
Total	747,5	785,0	1.761,8	2.303,5

¹ Aquisição e modernização de material rodante

² Investimentos em expansão, confiabilidade de infraestrutura e modernização

Destacamos os seguintes investimentos realizados em 2021:

- ✓ **Material rodante:** Avanço na aquisição de vagões GDT (864 vagões) e PCT (23 vagões), além de 28 locomotivas AC44 para atendimento ao volume projetado. Além destas frentes de aquisição, foram iniciadas adequações em vagões HAT para aumento do volume por vagão (53 vagões adaptados).
- ✓ **Expansões da via permanente e pátios:** foi mantida a estratégia de priorizar os investimentos voltados para os fluxos de transporte de Carga Geral, com avanço das obras iniciadas em 2020, destacando-se: (i) construção de novo terminal em Pederneiras, (ii) sinalização do trecho Jurubatuba-Ilha de Barnabé da Margem Esquerda de Santos e (iii) recapacitação da via permanente no trecho Itirapina-Pederneiras, possibilitando assim a circulação

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

de trens com 120 toneladas.

- ✓ **Modernização de Ativos:** mantida a estratégia de realização de intervenções em locomotivas, vagões, e na malha ferroviária, visando aumentar os níveis de confiabilidade e disponibilidade dos ativos, permitindo melhorar a eficiência e otimização das operações ferroviárias.
- ✓ **Confiabilidade de infraestrutura:** são projetos de investimentos que visam minimizar os riscos associados à confiabilidade da via permanente, pois atuam de forma preventiva em locais previamente identificados. Foram realizadas, em 2021, 31 obras de contenções e 4 intervenções/substituições de pontes, assim como criação de novos dispositivos de drenagem.
- ✓ **Projetos tecnológicos:** cabe destacar o avanço da implantação do novo sistema ERP (SAP) e continuação do desenvolvimento de sistemas de TI com foco nos processos da operação da Companhia e ampliação na abrangência da utilização de controles remotos para manobra de locomotivas em pátios. Além disso, destaca-se o início do projeto que visa avaliar as possibilidades e impactos com a ampliação do tamanho do trem.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

De acordo com os diretores, a Companhia organiza suas fontes de recursos equilibrando as proporções de próprio e de terceiros. As principais fontes de financiamento dos investimentos utilizadas pela Companhia são as linhas de crédito obtidas com bancos e outras instituições financeiras públicas e privadas, as operações no mercado de capitais, bem como a geração de caixa do exercício.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Segundo os diretores, nos últimos 3 exercícios sociais não houve desinvestimentos e não há desinvestimentos previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Conforme indicado no item 10.8.a, no triênio 2019-2021 a MRS informa que foram adquiridos vagões e locomotivas que contribuem para a otimização da produção da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando:**i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

A diretoria informa que nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, até a data de apresentação deste documento, não houve a introdução de novos produtos ou serviços pela Companhia.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.